



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

ANO XIII - Edição nº 2137 - 22 de novembro de 2023



Mesa Diretora

Presidente: Deputado **Roberto Cidade**
1º Vice-Presidente: Deputado **Carlinhos Bessa**
2ª Vice-Presidente: Deputada **Alessandra Campêlo**
3ª Vice-Presidente: Deputado **Felipe Souza**
Secretário-Geral: Deputado **João Luiz**
1º Secretário: Deputado **Abdala Fraxe**
2ª Secretária: Deputada **Joana Darc**
3º Secretário: Deputado **Cabo Maciel**
Ouvidor: Deputado **Sinésio Campos**
Corregedor: Deputado **Dr. Gomes**

20ª Legislatura

Deputado **Abdala Fraxe**
Deputado **Adjuto Afonso**
Deputada **Alessandra Campelo**
Deputado **Cabo Maciel**
Deputado **Carlinhos Bessa**
Deputado **Cristiano D'Angelo**
Deputado **Comandante Dan**
Deputado **Daniel Almeida**
Deputada **Débora Menezes**
Deputado **Delegado Pércicles**
Deputado **Dr. George lins**
Deputado **Dr. Gomes**
Deputado **Felipe Souza**
Deputada **Joana Darc**
Deputado **João Luiz**
Deputado **Mário César Filho**
Deputada **Dra. Mayara Pinheiro**
Deputada **Mayra Dias**
Deputado **Roberto Cidade**
Deputado **Rozenha**
Deputado **Sinésio Campos**
Deputado **Thiago Abraham**
Deputado **Wanderley Monteiro**
Deputado **Wilker Barreto**

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição, Justiça e Redação
E-mail: ccjr@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Econômicos
E-mail: com.cae@aleam.gov.br

Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
E-mail: comapa@aleam.gov.br

Comissão de Política Sobre Drogas, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa
E-mail: com.sobredrogas@aleam.gov.br

Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade
E-mail: com.tmu@aleam.gov.br

Comissão de Defesa do Consumidor
E-mail: comissao.defesadoconsumidor@aleam.gov.br

Comissão de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social;
E-mail: cdhpdps@aleam.gov.br

Comissão de Educação
E-mail: com.educacao@aleam.gov.br

Comissão de Esporte e Lazer
E-mail: comissaodeesporteelazer@aleam.gov.br

Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos
E-mail: com.opsp@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento
E-mail: comunder@aleam.gov.br

Comissão de Indústria, Comércio e Zona Franca
E-mail: ciczf@aleam.gov.br

Comissão Turismo, Fomento e Negócios
E-mail: ctur@aleam.gov.br

Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa
E-mail: com.mfi@aleam.gov.br

Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento
E-mail: cgeodiversidade@aleam.gov.br

Comissão de Segurança Pública
E-mail: com.spública@aleam.gov.br

Comissão de Saúde e Previdência
E-mail: csaudeprevidencia@aleam.gov.br

Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação
E-mail: cctec@aleam.gov.br

Comissão de Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens
E-mail: cjca@aleam.gov.br

Comissão de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
E-mail: cpama@aleam.gov.br

Comissão de Cultura e Economia Criativa
E-mail: com.cec@aleam.gov.br

Comissão de Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul
E-mail: cecem@aleam.gov.br

Comissão de Assistência Social e Trabalho
E-mail: com.ast@aleam.gov.br

Comissão de Ética
E-mail:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

EXPEDIENTE

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Responsável pela criação, organização das matérias para publicação e edição do Diário Oficial Eletrônico

EDIÇÃO
Moisés Fernandes Nunes Jr

DIRETOR DE INFORMÁTICA
Renato da Silva Bueno

DIRETOR GERAL
Wander Araújo Motta

ATAS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE TONANTINS/AM**

Às oito horas e vinte e dois minutos, do dia 10 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de Tonantins/AM, situada na Rua da Paz, 02 – Centro, Tonantins-AM CEP: 69685-000, reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa o Deputado Estadual COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Jayro Faia Garcia, SGT PMAM Vanildo Pereira, Francisco Sales de Oliveira – Prefeito, IPC Hermes Nunes Borges – Gestor do DIP. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Tonantins, a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Tonantins. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, cumprimentou todas as autoridades da mesa, a saber: Jayro Faia Garcia, SGT PMAM Vanildo Pereira, Francisco Sales de Oliveira – Prefeito, IPC Hermes Nunes Borges – Gestor do DIP. O Deputado Estadual Comandante Dan, na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública, conduziu uma extensa série de audiências públicas ao longo dos meses, abrangendo diversas localidades do estado. Desde a primeira audiência na Câmara Municipal de Iranduba, em fevereiro de 2023, até os eventos mais recentes em municípios como Tefé, Alvarães, Coari, e outros, o deputado buscou engajar ativamente a comunidade em discussões sobre questões de segurança específicas de cada região. As audiências abordaram desde preocupações locais em bairros como Jorge Teixeira e Novo Israel até desafios mais amplos de segurança pública no âmbito estadual, incluindo a segurança fluvial na audiência "Piratas dos Rios". O enfoque direcionado às escolas, com eventos no CETI Elisa Bessa Freire e no Colégio da Polícia Militar Pedro Câmara, refletiu a atenção especial à segurança dos jovens. Essas audiências proporcionaram uma plataforma para a comunidade expressar preocupações, contribuir com sugestões e participar ativamente na formulação de estratégias de segurança, reforçando o compromisso do Deputado Comandante Dan com a segurança pública em diversas áreas do estado do Amazonas. Relatou que irá elaborar a Carta do Município de Tonantins, onde este documento, assinado pela Câmara Municipal de Tonantins e pela Assembleia Legislativa, tem como objetivo destacar as necessidades específicas do município. A carta será enviada a todos os órgãos das esferas municipal, estadual e federal, buscando apoio, recursos e ações concretas para enfrentar os desafios locais. A iniciativa visa fortalecer a integração entre diferentes esferas de governo em prol do desenvolvimento e segurança de Tonantins. O Deputado Estadual Comandante Dan, durante as audiências públicas, compartilhou importantes diretrizes para iniciativas voltadas à segurança pública. Primeiramente, ele anunciou a realização de um seminário sobre segurança inovadora, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Essa iniciativa destaca a busca por abordagens modernas e tecnológicas no âmbito da segurança, refletindo o compromisso com a atualização e eficiência nos métodos de proteção à comunidade. Além disso, o Deputado apresentou um livro intitulado "Cases de Sucesso Presidente Figueiredo", que se concentra em experiências bem-sucedidas relacionadas à segurança pública na região. O livro destaca práticas exemplares e estratégias implementadas em Presidente Figueiredo, servindo como um recurso valioso para disseminar conhecimento e inspirar iniciativas semelhantes em outras localidades. Outra contribuição significativa foi a criação de uma cartilha dedicada à municipalização de segurança pública. Esse guia visa fornecer orientações práticas e diretrizes para os municípios, incentivando a participação ativa na gestão local da segurança. A municipalização busca fortalecer a cooperação entre as comunidades locais, autoridades municipais e órgãos de segurança, promovendo um ambiente mais seguro e participativo. Na audiência pública realizada no município de Tonantins, diversas vezes se uniram para abordar desafios significativos no cenário da segurança pública. O Prefeito Francisco Sales expressou a necessidade premente de um prédio próprio para a Polícia Militar, ressaltando o alto custo financeiro associado e a importância de manter policiais no

município. Destacou as complexidades enfrentadas, incluindo a presença de "piratas dos rios" e o tráfico de entorpecentes na região. O IPC Hermes Nunes Borges enfatizou a demanda por um efetivo policial mais robusto, buscando o apoio de servidores municipais, enquanto evidenciava uma incidência alarmante de violências domésticas. O Sargento Vanildo Pereira trouxe à tona a preocupação com crimes de violência doméstica, frequentemente relacionados ao consumo de álcool, além de ressaltar os desafios enfrentados em relação a furtos no município e a falta de estrutura física adequada. O Vereador Mauro enfatizou a necessidade de estrutura para lidar com a presença dos chamados "piratas dos rios" e propôs operações mais efetivas nessas áreas. Ressaltou que o Estado deve desempenhar seu papel na resolução dessas questões e expressou preocupação com a segurança nas escolas. Por sua vez, o Vereador David focalizou na celeridade do judiciário, propondo a elevação de Tonantins a uma comarca para agilizar processos legais e fortalecer a resposta judicial. O Padre Gonzalo direcionou sua intervenção para a necessidade de políticas públicas específicas no município, reconhecendo que a segurança pública é um esforço coletivo que requer iniciativas amplas e coordenadas. Por fim, o Guarda Civil Municipal Franco enfatizou a urgência de uma estrutura própria para a Guarda Civil Municipal, destacando a importância dessa instituição na preservação da segurança local. Essas diferentes perspectivas convergem para um apelo coletivo por investimentos em infraestrutura, efetivo policial adequado, ação judiciária eficaz e políticas públicas específicas para abordar os desafios únicos enfrentados por Tonantins no cenário da segurança pública. A complexidade dessas questões exige uma abordagem multifacetada, envolvendo colaboração entre diferentes esferas governamentais, instituições locais e a comunidade para criar soluções duradouras e eficazes. Em seguida, foi dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: "Menor de idade que dirige em alta velocidade. Quem pode solucionar esse caso?" "Sugerir um departamento de trânsito municipal no município." "O que se pode fazer para melhorar a segurança nas escolas?" "Realizar mais políticas públicas de prevenção." Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que a identificação de um menor de idade dirigindo em alta velocidade levanta questões relacionadas à segurança viária e ao cumprimento das leis de trânsito. Nesse caso, as autoridades locais, incluindo a Polícia Militar e o Departamento de Trânsito, têm um papel crucial na abordagem da situação. Além disso, pode ser importante envolver os responsáveis legais do menor e trabalhar em conjunto com instituições sociais para oferecer orientação educativa sobre os riscos e responsabilidades associados à condução de veículos por menores de idade. A proposta de criar um departamento de trânsito municipal indica um reconhecimento da importância de gerenciar questões específicas relacionadas ao tráfego local. Estabelecer um departamento de trânsito pode permitir uma abordagem mais personalizada e eficaz para lidar com desafios específicos de trânsito no município, incluindo fiscalização, educação e implementação de medidas de segurança viária. A preocupação com a segurança nas escolas destaca a importância de proporcionar um ambiente seguro para alunos, professores e funcionários. Medidas como a presença de guardas escolares, a implementação de sistemas de vigilância e a promoção de programas de prevenção ao bullying podem contribuir para melhorar a segurança nas instituições educacionais. Colaborações entre autoridades educacionais, forças de segurança e a comunidade são essenciais para desenvolver e implementar estratégias eficazes. A sugestão de implementar mais políticas públicas de prevenção reflete uma abordagem proativa para lidar com questões de segurança. Essas políticas podem abranger uma variedade de áreas, desde a prevenção do crime até a promoção de ambientes comunitários seguros. Isso pode envolver programas sociais, atividades educativas e iniciativas que abordem as causas subjacentes da criminalidade, contribuindo para um ambiente mais seguro e resiliente. Finalizando, o Deputado Estadual Comandante Dan, na posição de Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM), abordou uma série de questões fundamentais durante as audiências públicas, destacando a importância de estabelecer o conceito de ordem pública no município de Tonantins. Sua ênfase nesse ponto sugere uma preocupação central com a segurança e o bem-estar da população local, buscando implementar medidas que promovam um ambiente seguro e tranquilo. Além disso, ao mencionar que muitos municípios não estão habilitados pela Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu um sistema integrado para todas as forças de segurança pública, o Deputado ressalta uma lacuna significativa nas estratégias de segurança que precisa ser endereçada. A integração das forças de segurança é crucial para a prevenção e controle qualificado da violência e criminalidade em âmbito nacional, demonstrando uma necessidade premente de adequação e aprimoramento das políticas locais. Além disso, o Deputado

Comandante abordou uma gama diversificada de tópicos relacionados a políticas públicas, incluindo segurança, ambiente escolar, parcerias com igrejas e iluminação pública. Essa ampla abordagem reflete uma visão holística da segurança, reconhecendo que fatores como educação, parcerias com a comunidade e a infraestrutura urbana desempenham papéis cruciais na promoção de ambientes seguros e sustentáveis. Ao destacar essas áreas, o Deputado enfatiza não apenas a necessidade de uma abordagem multidimensional para a segurança, mas também a importância de parcerias colaborativas entre entidades governamentais, organizações religiosas e a sociedade civil. Portanto, as falas do Deputado Estadual Comandante nas audiências públicas refletem um compromisso abrangente e uma visão estratégica para enfrentar desafios específicos de segurança, promovendo uma discussão aberta e colaborativa sobre medidas que visam a criação de comunidades mais seguras, resilientes e bem gerenciadas. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 11h37, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Tonantins.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE ANORI/AM

Às quatorze horas e oito minutos, do dia 03 de outubro de 2023, na Câmara Municipal de Anori situada na Av. Oito de Dezembro, 34-164, Anori - AM, 69440-000 reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa, o Deputado Estadual COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Presidente da Câmara Municipal de Anori – Luís Carlos, Ten. Adnamar Feitosa – PMAM, IPC Utarciso Rodrigues – Gestor do DIP de Anori. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Anori a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Anori. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública da ALEAM, relatou que a presente audiência foi aprovada pelos membros que a compõe. Informa que todos o foco maior da audiência pública é sobre as piratarias que ocorrem no Rio Solimões e o crime organizado no município de Coari. Realizou um balanço do dia de 02 de outubro de 2023, onde a Comissão de Segurança Pública passou por Tefé, Alvarães e Coari, E do dia 03 de outubro de 2023, onde passamos por Codajás e, agora, em Anori. Invocou o artigo 144 da Constituição Federal do Brasil que estabelece as bases para a organização da segurança pública no país. Destaca-se que a segurança pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. O artigo enumera os órgãos responsáveis por essa função, incluindo a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. A Polícia Federal tem responsabilidades específicas, como apurar infrações penais de interesse nacional e internacional, combater o tráfico de drogas e exercer funções de polícia judiciária da União. As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia, têm a incumbência de realizar investigações e apurar infrações penais, exceto as militares. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, como forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se aos governadores dos estados e do Distrito Federal. Suas funções principais incluem a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e, no caso dos bombeiros, atividades de defesa civil. O IPC Utarciso trouxe à tona a preocupante falta de efetivo na polícia civil de Anori, destacando a necessidade urgente de investimentos e recursos para fortalecer a capacidade operacional da instituição. Por sua vez, o Vereador Simão Pedro direcionou sua atenção para a polícia militar, apontando a carência de pessoal como um fator crítico que impacta diretamente a segurança da comunidade local, demandando, assim, a alocação de mais efetivos para lidar com os desafios crescentes. O representante da pesca, Braguinha, compartilhou sua participação no evento "Grito da Pesca" ao lado do deputado Comandante Dan, ressaltando a importância desse tipo de iniciativa para a comunidade ribeirinha. Ele enfatizou a necessidade crucial de uma ambulância para atender às demandas emergenciais dessas populações, destacando a relevância de meios de transporte adequados

em regiões de difícil acesso. Por outro lado, o Vereador Gerson revelou ter sido vítima de um atentado em sua própria residência, sublinhando a urgência de reforçar o policiamento e implementar medidas adicionais para assegurar a integridade física dos cidadãos. Finalmente, o Vereador Elton Gonçalves abordou uma série de questões abrangentes, entre elas, problemas na Lei Orgânica, na Guarda Municipal e na Secretaria de Segurança Pública. Suas considerações destacaram a complexidade e interconexão desses desafios, sugerindo a necessidade de uma abordagem integrada para promover melhorias efetivas. Em conjunto, as falas revelaram um panorama desafiador, requerendo ações coordenadas e investimentos substanciais para fortalecer a segurança e a ordem pública no município, atendendo assim às crescentes demandas e preocupações da comunidade. Deputado cita sua trajetória na lei orgânica do município, gestão integrada, plano municipal, cita que hoje em dia a guarda municipal apoia a polícia militar, concurso publico, falar do sistema único e defesa social de segurança pública, inserir em anexo para pontuação. Em seguida, foi dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: "Implantação efetiva da Guarda Municipal?" Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que a implementação efetiva da Guarda Municipal envolve uma série de considerações e ações estratégicas para assegurar que a instituição cumpra suas funções de maneira eficiente e em benefício da comunidade. Primeiramente, é crucial definir claramente o papel e as responsabilidades da Guarda Municipal, alinhando suas atribuições com as necessidades específicas do município. Isso pode incluir a proteção do patrimônio público, o apoio às forças policiais, o controle do trânsito e a promoção da segurança em espaços públicos. Além disso, a capacitação adequada dos membros da Guarda Municipal é essencial, proporcionando treinamento em áreas como segurança pública, atendimento de emergência, mediação de conflitos e respeito aos direitos civis. A integração efetiva da Guarda Municipal com outras agências de segurança, como a polícia militar e civil, é fundamental para garantir uma abordagem coordenada e sinérgica na manutenção da ordem. A alocação de recursos adequados, tanto em termos de pessoal quanto de equipamentos, é essencial para fortalecer a eficácia da Guarda Municipal. Isso inclui a disponibilidade de veículos, comunicações eficientes, tecnologia de vigilância e infraestrutura para permitir uma resposta rápida e eficaz a situações de emergência. Além disso, é necessário estabelecer mecanismos de prestação de contas e transparência para garantir que a atuação da Guarda Municipal esteja alinhada com os princípios democráticos e os interesses da comunidade. O envolvimento da população por meio de programas de conscientização e parcerias com organizações locais pode fortalecer a relação de confiança entre a Guarda Municipal e os cidadãos. Em resumo, o Deputado Estadual Comandante Dan relata que a implantação efetiva da Guarda Municipal requer uma abordagem abrangente que envolva definição clara de funções, treinamento adequado, integração com outras agências de segurança, alocação de recursos e o estabelecimento de mecanismos de prestação de contas. Quando implementada de maneira cuidadosa e estratégica, a Guarda Municipal pode desempenhar um papel valioso na promoção da segurança e na manutenção da ordem em nível local. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 15h37, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Anori.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE ATALAIÁ DO NORTE/AM

Às oito horas e quarenta minutos, do dia 09 de outubro de 2023, na Plenária Raimundo Gimaque, situada no Beco Augusto Luzeiro, Atalaia do Norte - AM, 69650-000 reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa o Deputado Estadual COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Prefeito Denis Paiva, Presidente da Câmara Municipal de ATN, Alex Lopes Coelho, Marcelo Cavalcante – Comandante do 8 Batalhão de TBT, Pastor Raimundo Chagas – Coordenador do DEMPADAM. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo

presidente da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Atalaia do Norte. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, cumprimentou todas as autoridades da mesa, a saber: Prefeito Denis Paiva, Presidente da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, Alex Lopes Coelho, Marcelo Cavalcante – Comandante do 8 Batalhão de Tabatinga, Pastor Raimundo Chagas – Coordenador do DEMPADAM, O Deputado Estadual Comandante Dan, na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública, relatando que conduziu uma extensa série de audiências públicas ao longo dos meses, abrangendo diversas localidades do estado. Desde a primeira audiência na Câmara Municipal de Iranduba, em fevereiro de 2023, até os eventos mais recentes em municípios como Tefé, Alvarães, Coari, e outros, o deputado buscou engajar ativamente a comunidade em discussões sobre questões de segurança específicas de cada região. As audiências abordaram desde preocupações locais em bairros como Jorge Teixeira e Novo Israel em Manaus, até desafios mais amplos de segurança pública no âmbito estadual, incluindo a segurança fluvial na audiência "Piratas dos Rios". O enfoque direcionado às escolas, com eventos no CETI Elisa Bessa Freire e no Colégio da Polícia Militar Pedro Câmara, reflete a atenção especial à segurança dos jovens. Essas audiências proporcionaram uma plataforma para a comunidade expressar preocupações, contribuir com sugestões e participar ativamente na formulação de estratégias de segurança, reforçando o compromisso do Deputado Comandante Dan com a segurança pública em diversas áreas do estado do Amazonas. Relatou que irá elaborar a Carta do Município de Atalaia do Norte, onde este documento, assinado pela Câmara Municipal de Atalaia do Norte e pela Assembleia Legislativa, tem como objetivo destacar as necessidades específicas do município. A carta será enviada a todos os órgãos das esferas municipal, estadual e federal, buscando apoio, recursos e ações concretas para enfrentar os desafios locais. A iniciativa visa fortalecer a integração entre diferentes esferas de governo em prol do desenvolvimento e segurança de Atalaia do Norte. O Deputado Estadual Comandante Dan, durante as audiências públicas, compartilhou importantes diretrizes para iniciativas voltadas à segurança pública. Primeiramente, ele anunciou a realização de um seminário sobre segurança inovadora, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Essa iniciativa destaca a busca por abordagens modernas e tecnológicas no âmbito da segurança, refletindo o compromisso com a atualização e eficiência nos métodos de proteção à comunidade. Além disso, o Deputado apresentou um livro intitulado "Cases de Sucesso Presidente Figueiredo", que se concentra em experiências bem-sucedidas relacionadas à segurança pública na região. O livro destaca práticas exemplares e estratégias implementadas em Presidente Figueiredo, servindo como um recurso valioso para disseminar conhecimento e inspirar iniciativas semelhantes em outras localidades. Outra contribuição significativa foi a criação de uma cartilha dedicada à municipalização de segurança pública. Esse guia visa fornecer orientações práticas e diretrizes para os municípios, incentivando a participação ativa na gestão local da segurança. A municipalização busca fortalecer a cooperação entre as comunidades locais, autoridades municipais e órgãos de segurança, promovendo um ambiente mais seguro e participativo. Ato contínuo, o prefeito Denis Paiva iniciou os pronunciamentos cumprimentando os presentes e parabenizando a Comissão de Segurança Pública pela iniciativa. Ele destacou a efetivação da Guarda Municipal sob sua gestão, mas ressaltou a necessidade de recursos para reestruturar esse órgão, solicitando o apoio do Deputado Estadual Comandante Dan nesse processo. Além disso, o prefeito compartilhou a criação da Secretaria de Segurança Pública de Atalaia como parte das ações administrativas em prol da segurança na região. O Tenente Coronel Cavalcante, por sua vez, expressou seu reconhecimento à iniciativa de municipalização liderada pelo deputado e enfatizou a importância da integração entre todos os órgãos de segurança para maximizar os esforços. O Vereador Denner, Vice-presidente da Câmara, agradeceu a presença do deputado, elogiou o interesse deste pela segurança nos municípios e parabenizou o prefeito Denis Paiva. Concordando com o Tenente Coronel Cavalcante, Denner ressaltou a importância da integração entre os diversos órgãos de segurança. Outros vereadores, como Conceição, Antônio Vitor e João Paulo, também expressaram agradecimentos ao Deputado Comandante Dan, parabenizando tanto o político estadual quanto o prefeito pela instalação da Guarda Municipal. Por fim, o Vereador Marcos Monteiro Filho, além de cumprimentar os presentes, fez um apelo direto ao deputado, solicitando ajuda para o chamamento do efetivo da Polícia Militar, evidenciando a urgência de medidas para fortalecer a segurança na região. Esse conjunto de pronunciamentos revela uma colaboração entre líderes municipais e estaduais, destacando a importância da integração, investimento e coordenação de

esforços para fortalecer a segurança pública nos municípios envolvidos. Em seguida, foi dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: "Porque Atalaia do Norte não tem o mesmo tratamento na segurança pública por ser uma área de fronteira?" "Como combater a criminalidade se não houver maior investimento em recurso e equipamento mais modernos?" "Os guardas municipais devem integrar mais a segurança pública do município." Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que a falta de um tratamento equitativo na segurança pública para Atalaia do Norte, mesmo sendo uma área de fronteira, pode ser atribuída a diversos fatores. A geografia de áreas de fronteira muitas vezes apresenta desafios únicos, como vastas extensões territoriais e difícil acesso, tornando a vigilância e o controle mais complexos. A distribuição desigual de recursos, a carência de efetivos policiais e a necessidade de uma abordagem mais especializada podem ser razões para essa disparidade. É crucial que as autoridades e legisladores avaliem essas circunstâncias específicas e adotem políticas que levem em consideração as demandas exclusivas de áreas de fronteira, visando aprimorar a segurança nessas regiões. O combate à criminalidade requer investimentos substanciais em recursos e equipamentos modernos. A tecnologia desempenha um papel crucial na eficácia das forças de segurança, facilitando a vigilância, a coleta de informações e a resposta rápida a incidentes. Recursos financeiros devem ser direcionados para treinamento contínuo de agentes, aquisição de tecnologias de monitoramento, comunicação eficiente entre agências, e sistemas de informação que possam analisar grandes volumes de dados para identificar padrões criminais. Além disso, investir em parcerias com a comunidade, programas de prevenção e reabilitação, e abordagens holísticas para resolver as causas subjacentes da criminalidade também são fundamentais para um combate efetivo. A integração dos guardas municipais na segurança pública é essencial para fortalecer a abordagem geral. Os guardas municipais têm um conhecimento valioso da comunidade local e podem desempenhar um papel ativo na prevenção do crime e na resposta a situações de emergência. A colaboração estreita entre as forças de segurança municipais, estaduais e federais é crucial para criar uma rede eficaz de proteção. Isso pode envolver treinamento conjunto, compartilhamento de informações e estratégias coordenadas para enfrentar desafios específicos da região. Além disso, a participação ativa da comunidade, com os guardas municipais atuando como facilitadores dessa interação, pode fortalecer a confiança entre a população e as forças de segurança, contribuindo para um ambiente mais seguro e colaborativo. Finalizando, o Deputado Estadual Comandante Dan, na posição de Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM), abordou uma série de questões fundamentais durante as audiências públicas, destacando a importância de estabelecer o conceito de ordem pública no município de Atalaia do Norte. Sua ênfase nesse ponto sugere uma preocupação central com a segurança e o bem-estar da população local, buscando implementar medidas que promovam um ambiente seguro e tranquilo. Além disso, ao mencionar que muitos municípios não estão habilitados pela Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu um sistema integrado para todas as forças de segurança pública, o Deputado ressalta uma lacuna significativa nas estratégias de segurança que precisa ser endereçada. A integração das forças de segurança é crucial para a prevenção e controle qualificado da violência e criminalidade em âmbito nacional, demonstrando uma necessidade premente de adequação e aprimoramento das políticas locais. Além disso, o Deputado Comandante abordou uma gama diversificada de tópicos relacionados a políticas públicas, incluindo segurança, ambiente escolar, parcerias com igrejas e iluminação pública. Essa ampla abordagem reflete uma visão holística da segurança, reconhecendo que fatores como educação, parcerias com a comunidade e a infraestrutura urbana desempenham papéis cruciais na promoção de ambientes seguros e sustentáveis. Ao destacar essas áreas, o Deputado enfatiza não apenas a necessidade de uma abordagem multidimensional para a segurança, mas também a importância de parcerias colaborativas entre entidades governamentais, organizações religiosas e a sociedade civil. Portanto, as falas do Deputado Estadual Comandante nas audiências públicas refletem um compromisso abrangente e uma visão estratégica para enfrentar desafios específicos de segurança, promovendo uma discussão aberta e colaborativa sobre medidas que visam a criação de comunidades mais seguras, resilientes e bem gerenciadas. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 10h12, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Atalaia do Norte.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS

Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE ALVARÃES/AM

Na data de 02 de outubro de 2023, teve início às 14h13, na Plenária da Câmara Municipal de Alvarães, situada na Estrada Alvarães Nogueira, Nº946, Alvarães/AM, CEP: 69540000, uma audiência pública de grande relevância, presidida pelo Sr. Deputado COMANDANTE DAN, que ocupa o cargo de Presidente da Comissão de Segurança Pública. Compuseram a mesa o Deputado Estadual COMANDANTE DAN, do Vereador Valdiney, Presidente da Câmara Municipal, do Capitão PMAM Francisco Batista, representando a Polícia Militar do Estado do Amazonas, do Pastor Francisco Carneiro, Coordenador da LEADAM, e da Investigadora Faranaia, representando a Polícia Civil do Amazonas. A abertura da audiência ficou a cargo do Presidente da Câmara Municipal, que, de maneira cortês, agradeceu a presença de todos os presentes, destacando a importância do encontro para discutir questões de segurança na região. O Pastor Francisco Carneiro conduziu um momento de oração, invocando bênçãos para os trabalhos que seriam realizados durante a audiência. Dando continuidade, o Deputado Estadual Comandante Dan, na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), proferiu algumas palavras, informando que a audiência fora aprovada pelos membros da comissão e esclarecendo que o foco principal seria a discussão sobre os casos de pirataria no Rio Solimões. Em seguida, foi aberto espaço para as manifestações dos presentes. O Presidente da Câmara iniciou sua fala expressando boas-vindas a todos e agradecendo ao Deputado pela presença na cidade. Além disso, apresentou preocupações relacionadas à segurança no município, enfatizando a escassez de efetivo, a carência de apoio logístico e a necessidade de uma embarcação (lança) para atender às ocorrências na região fluvial. A Investigadora Faranaia tomou a palavra, agradecendo a oportunidade e abordando a urgente necessidade de reforço no efetivo policial. Além disso, compartilhou informações sobre o funcionamento da Polícia Civil no Amazonas, contextualizando o processo desde a elaboração do boletim de ocorrência até a condução do inquérito policial, destacando a colaboração com o Ministério Público. O Vereador Getúlio Guimarães fez suas considerações, expressando boas-vindas e aproveitando a oportunidade para questionar sobre a viabilidade de instalação de um canil em Alvarães e a criação de um posto de policiamento específico para atender às demandas da comunidade. O Comandante da Polícia Militar em Alvarães trouxe contribuições valiosas à discussão, relatando casos de furtos e roubos na região e ressaltando a insuficiência de efetivo como um desafio significativo para o enfrentamento desses crimes. Em seguida, vou dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: "Qual a possibilidade de as comunidades terem postos de segurança?" "Segurança Pública dever do Guarda Municipal?", "O que ocorre com pessoas que cometem o delito de furto nas casas dos cidadãos de bem?" Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que Comunidades que enfrentam altos índices de criminalidade ou têm preocupações com a segurança podem ser mais propensas a estabelecer postos de segurança. Em alguns casos, o governo local pode oferecer apoio para iniciativas de segurança comunitária. Isso pode incluir a alocação de recursos financeiros, treinamento para voluntários ou cooperação com as forças de segurança oficiais. A questão do papel e das responsabilidades das Guardas Municipais no âmbito da segurança pública pode variar de acordo com a legislação local e as políticas específicas de cada município ou país. No entanto, em muitos lugares, as Guardas Municipais têm a responsabilidade de auxiliar na segurança pública, mas seu papel pode diferir daquele desempenhado por forças policiais tradicionais. As consequências para pessoas que cometem o delito de furto em residências podem variar dependendo da legislação do país ou estado em questão. No geral, o furto é um crime e, quando uma pessoa é acusada e condenada por esse delito, ela pode enfrentar várias consequências legais. De mais a mais, o Deputado Comandante Dan apresentou o Projeto de Lei 681/2023, que versa sobre a implementação de medidas para prevenir a violência doméstica contra crianças e adolescentes. Além disso, o Deputado destacou a importância da colaboração entre município, estado e união para coibir a criminalidade e anunciou a elaboração da "Carta de Alvarães". O Deputado relatou sobre o conceito de "ordem pública" a qual refere-se à ideia geral de manter a paz, a segurança e a estabilidade na sociedade. Ele é utilizado em diferentes contextos legais e políticos

para descrever a necessidade de estabelecer e preservar certos padrões fundamentais de comportamento e organização social. O Deputado relata que a ordem pública pode abranger uma variedade de áreas, incluindo, a prevenção de crimes e a proteção dos cidadãos contra ameaças à sua integridade física. A promoção de comportamentos considerados moralmente aceitáveis pela sociedade em questão. A garantia de que as instituições políticas e o processo democrático funcionem de maneira eficaz, sem ameaças significativas à estabilidade do governo. Na mesma sêara, cita que a proteção da saúde da população, muitas vezes incluindo medidas para controlar epidemias e pandemias. A garantia de que os direitos fundamentais dos cidadãos são respeitados e protegidos. A aplicação do conceito de ordem pública pode variar de acordo com a cultura, o sistema legal e as circunstâncias específicas de cada sociedade. Em alguns casos, certas restrições aos direitos individuais podem ser consideradas necessárias para manter a ordem pública, enquanto em outros contextos, a ênfase pode estar na promoção de liberdades individuais. Além disso, decisões judiciais frequentemente levam em consideração o conceito de ordem pública ao avaliar a legalidade de determinadas ações ou práticas. Se uma ação é considerada prejudicial à ordem pública, isso pode ser motivo para sua proibição ou limitação. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 16h01, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Alvarães.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE UARINI/AM

Às nove horas e trinta e sete minutos, do dia 11 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de Uarini/AM, situada na Rua 19 de abril, nº 1021 - Centro, reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa o Deputado Estadual COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Juci Paula Goes de Araújo – Presidente da Câmara Municipal de Uarini, Sub. Ten. Francisco Soares – Comandante da Guarda Civil Municipal, Romulo Sereno Capote – Vice Presidente da Câmara Municipal, Francisco Reinaldo – Secretário de Administração, 1º Ten. PMAM Francisco Saraiva da Cruz, Jocimar Ferreira – Secretário de Administração, Vereador Raimundo Antônio – Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Uarini, Pastor Raimundo Chagas – Coordenador DEMPADAM. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pela presidente da Câmara Municipal de Uarini, a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Uarini. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, cumprimentou todas as autoridades da mesa, a saber: Juci Paula Goes de Araújo – Presidente da Câmara Municipal de Uarini, Sub. Ten. Francisco Soares – Comandante da Guarda Civil Municipal, Romulo Sereno Capote – Vice Presidente da Câmara Municipal, Francisco Reinaldo – Secretário de Administração, 1º Ten. PMAM Francisco Saraiva da Cruz, Jocimar Ferreira – Secretário de Administração, Vereador Raimundo Antônio – Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Uarini, Pastor Raimundo Chagas – Coordenador DEMPADAM. O Deputado Estadual Comandante Dan, na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública, conduziu uma extensa série de audiências públicas ao longo dos meses, abrangendo diversas localidades do estado. Desde a primeira audiência na Câmara Municipal de Iranduba, em fevereiro de 2023, até os eventos mais recentes em municípios como Tefé, Alvarães, Coari, e outros, o deputado buscou engajar ativamente a comunidade em discussões sobre questões de segurança específicas de cada região. As audiências abordaram desde preocupações locais em bairros como Jorge Teixeira e Novo Israel até desafios mais amplos de segurança pública no âmbito estadual, incluindo a segurança fluvial na audiência "Piratas dos Rios". O enfoque direcionado às escolas, com eventos no CETI Elisa Bessa Freire e no Colégio da Polícia Militar Pedro Câmara, reflete a atenção especial à segurança dos jovens. Essas audiências proporcionaram uma plataforma para a comunidade expressar preocupações, contribuir com sugestões e participar ativamente na formulação de

estratégias de segurança, reforçando o compromisso do Deputado Comandante Dan com a segurança pública em diversas áreas do estado do Amazonas. Relatou que irá elaborar a Carta do Município de Uarini, onde este documento, assinado pela Câmara Municipal de Uarini e pela Assembleia Legislativa, tem como objetivo destacar as necessidades específicas do município. A carta será enviada a todos os órgãos das esferas municipal, estadual e federal, buscando apoio, recursos e ações concretas para enfrentar os desafios locais. A iniciativa visa fortalecer a integração entre diferentes esferas de governo em prol do desenvolvimento e segurança de Uarini. O Deputado Estadual Comandante Dan, durante as audiências públicas, compartilhou importantes diretrizes para iniciativas voltadas à segurança pública. Primeiramente, ele anunciou a realização de um seminário sobre segurança inovadora, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Essa iniciativa destaca a busca por abordagens modernas e tecnológicas no âmbito da segurança, refletindo o compromisso com a atualização e eficiência nos métodos de proteção à comunidade. Além disso, o Deputado apresentou um livro intitulado "Casos de Sucesso Presidente Figueiredo", que se concentra em experiências bem-sucedidas relacionadas à segurança pública na região. O livro destaca práticas exemplares e estratégias implementadas em Presidente Figueiredo, servindo como um recurso valioso para disseminar conhecimento e inspirar iniciativas semelhantes em outras localidades. Outra contribuição significativa foi a criação de uma cartilha dedicada à municipalização de segurança pública. Esse guia visa fornecer orientações práticas e diretrizes para os municípios, incentivando a participação ativa na gestão local da segurança. A municipalização busca fortalecer a cooperação entre as comunidades locais, autoridades municipais e órgãos de segurança, promovendo um ambiente mais seguro e participativo. Na audiência pública em Uarini, diversas vezes se uniram para abordar questões cruciais relacionadas à segurança pública no município. O Secretário Jocimar Ferreira enfatizou a importância da criação de um Conselho Municipal de Segurança Pública como um mecanismo participativo para abordar desafios locais. Ele também destacou a necessidade de efetivação da Guarda Municipal, propondo a criação de bases estratégicas para ampliar a presença policial. Além disso, ele apontou para a inércia do Estado e expressou preocupações sobre a pirataria nos rios, ressaltando a complexidade das ameaças enfrentadas pela comunidade. O Tenente Cruz direcionou sua fala para a carência de recursos na Polícia Militar, solicitando a alocação de embarcações para fortalecer a presença policial nas áreas fluviais e enfatizando a necessidade de mais efetivo de policiamento para enfrentar os desafios específicos do município. O Subtenente Francisco Soares, representando a Guarda Civil Municipal, concentrou-se na estruturação dessa instituição e na proposta de construção de um presídio local. Ele também contestou as audiências de custódia, levantando questões sobre sua eficácia e impacto na segurança pública. O Secretário de Administração, Francisco, ressaltou as dificuldades enfrentadas pelo município ao arcar com despesas originadas do Estado e apontou para a falta de estrutura na Polícia Militar como um desafio adicional. O Vereador Raimundo Ferreira, membro da Comissão de Segurança Pública da Câmara de Uarini, questionou a flexibilidade das leis penais e fez um apelo por mais efetivo policial, sublinhando a importância de abordagens mais firmes para garantir a ordem e a segurança. O Secretário de Governo reforçou as preocupações, indicando que a Polícia Civil não está contribuindo adequadamente e solicitou a presença de agentes penitenciários para lidar com questões relacionadas ao sistema prisional. Essas diversas perspectivas convergem para um chamado conjunto por medidas abrangentes, que vão desde a estruturação das forças de segurança até mudanças legislativas, evidenciando a complexidade dos desafios enfrentados por Uarini no âmbito da segurança pública. Em seguida, foi dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: "A segurança vale somente para o município ou também vale para as comunidades?" "Quando os guardas municipais e os irão fazer os seus devidos trabalhos em nossa cidade?" "Sabemos que aqui em Uarini o uso de entorpecentes por adolescentes é grande, e com isso se agrava o aumento de furtos. O que se pode fazer para acabar com este problema?" Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que o questionamento sobre se a segurança abrange apenas o município ou estende-se às comunidades sugere uma preocupação sobre a inclusão e abrangência das medidas de segurança. Isso destaca a importância de uma abordagem que leve em consideração as necessidades específicas das comunidades. A indagação sobre a atuação dos guardas municipais ressalta a expectativa da comunidade em relação à eficácia e presença desses profissionais. Esse questionamento pode estar relacionado à urgência percebida em abordar questões específicas de segurança. A preocupação com o uso de entorpecentes por adolescentes e seu impacto no aumento de furtos destaca a interconexão entre

questões sociais e criminalidade. Responder a essa pergunta exigiria uma abordagem integrada, envolvendo educação, prevenção ao uso de drogas e medidas de reforço policial para conter furtos associados a esse problema. Finalizando, o Deputado Estadual Comandante Dan, na posição de Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM), abordou uma série de questões fundamentais durante as audiências públicas, destacando a importância de estabelecer o conceito de ordem pública no município de Uarini. Sua ênfase nesse ponto sugere uma preocupação central com a segurança e o bem-estar da população local, buscando implementar medidas que promovam um ambiente seguro e tranquilo. Além disso, ao mencionar que muitos municípios não estão habilitados pela Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu um sistema integrado para todas as forças de segurança pública, o Deputado ressalta uma lacuna significativa nas estratégias de segurança que precisa ser endereçada. A integração das forças de segurança é crucial para a prevenção e controle qualificado da violência e criminalidade em âmbito nacional, demonstrando uma necessidade premente de adequação e aprimoramento das políticas locais. Além disso, o Deputado Comandante abordou uma gama diversificada de tópicos relacionados a políticas públicas, incluindo segurança, ambiente escolar, parcerias com igrejas e iluminação pública. Essa ampla abordagem reflete uma visão holística da segurança, reconhecendo que fatores como educação, parcerias com a comunidade e a infraestrutura urbana desempenham papéis cruciais na promoção de ambientes seguros e sustentáveis. Ao destacar essas áreas, o Deputado enfatiza não apenas a necessidade de uma abordagem multidimensional para a segurança, mas também a importância de parcerias colaborativas entre entidades governamentais, organizações religiosas e a sociedade civil. Portanto, as falas do Deputado Estadual Comandante nas audiências públicas refletem um compromisso abrangente e uma visão estratégica para enfrentar desafios específicos de segurança, promovendo uma discussão aberta e colaborativa sobre medidas que visam a criação de comunidades mais seguras, resilientes e bem gerenciadas. De mais a mais, o Deputado Estadual Comandante Dan apresentou um conjunto abrangente de propostas e diretrizes para fortalecer a segurança pública no município. Ele destacou a importância de elaborar um plano municipal de segurança, apontando para a necessidade de uma estratégia específica que leve em consideração as peculiaridades locais. O Deputado também ressaltou a relevância de um marco regulatório sólido, visando estabelecer diretrizes claras para a atuação das forças de segurança e demais órgãos envolvidos. Na linha de prevenção da violência, enfatizou a necessidade de promover a consciência comunitária, evidenciando a importância da participação ativa da população na segurança pública. Propôs a implementação de brigadas comunitárias como uma abordagem descentralizada para lidar com questões de segurança. O Deputado também discutiu a aplicação de tecnologias emergentes, como a segurança integrada digital, como uma ferramenta para otimizar a resposta a incidentes e melhorar a vigilância. Sublinhou a urgência de fortalecer a Guarda Municipal, reconhecendo seu papel vital na segurança local. Além disso, advogou pelo fortalecimento da Defesa Civil como uma medida preventiva e de resposta a desastres naturais. Ao abordar a mobilidade urbana, o Deputado Comandante Dan reconheceu a influência desse fator na segurança, destacando a necessidade de estratégias que melhorem a circulação e, conseqüentemente, reduzam oportunidades para atividades criminosas. Por fim, ressaltou a importância da segurança ambiental, estabelecendo uma conexão entre a preservação do meio ambiente e a promoção de comunidades mais seguras. Essa abordagem abrangente demonstra a visão integrada do Deputado Comandante Dan, que busca não apenas reforçar as instituições de segurança, mas também promover uma cultura de prevenção, participação comunitária e a incorporação de tecnologias inovadoras para enfrentar os desafios multifacetados da segurança pública em Uarini. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 12h11, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Uarini.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE FONTE BOA/AM

Às dezenove horas e vinte e sete minutos, do dia 10 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de Fonte Boa, situada na Av. Francisco Pereira de Souza, s/n, Fonte Boa - AM, 69670-000 reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa, o Deputado Estadual COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa – Sebastião de Oliveira Filho, IPC Jacob dos Santos Moraes – Gestor do DIP de Fonte Boa, Vice Prefeito de Fonte Boa – Alaison Ferreira Lisboa, 2º Tem PMAM Francisco Ricardo Vieira dos Santos, Pastor Raimundo Chagas – Coordenador do DEMPADAM, bem como o Pastor Jason Freitas – Coordenador da IEADAM e o Padre Mário Cabral da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Fonte Boa. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, cumprimentou todas as autoridades da casa, bem como delineou uma metodologia de trabalho inovadora, propondo a implementação de estratégias que incluem a disponibilização de produtos desenvolvidos para assessorar os municípios na estruturação eficiente de suas políticas de segurança pública. Esse enfoque prático visa proporcionar ferramentas concretas para que as comunidades locais possam fortalecer suas capacidades na área de segurança. Num segundo ponto, o Comandante Dan contextualizou a importância da Lei do Sistema Único de Segurança Pública, destacando-a como um marco regulatório significativo. Explorou os elementos essenciais dessa legislação, sublinhando sua relevância no contexto nacional para a promoção da segurança e integração de diferentes esferas de atuação. Em sua exposição, o deputado ofereceu um resumo esclarecedor do Artigo 144 da Constituição Federal, delineando as responsabilidades e competências das instituições ligadas à segurança pública. Esse panorama constitucional serve como base para a compreensão da distribuição de atribuições entre as forças policiais e demais órgãos envolvidos nesse setor. Ao abordar o Sistema Único de Segurança Pública e Defesa Social, o Comandante Dan ressaltou a aprovação da Política Nacional de Segurança Pública e do Plano Nacional de Segurança Pública. Um destaque crucial é a inclusão dos municípios como partes integrantes desse sistema, realçando uma abordagem descentralizada que reconhece a importância das comunidades locais na construção e execução das estratégias de segurança em todo o país. Concluindo, a fala do Deputado Comandante Dan não apenas descreve uma metodologia prática para auxiliar os municípios na área de segurança pública, mas também fornece uma visão abrangente da legislação nacional, ressaltando a importância da participação local no novo paradigma do Sistema Único de Segurança Pública e Defesa Social. Na audiência pública realizada em Fonte Boa, o vice-prefeito iniciou a discussão, abordando uma preocupação latente na comunidade: os alarmantes índices de criminalidade, evidenciados por uma crescente onda de roubos e furtos que têm afetado a tranquilidade dos cidadãos locais. A busca por um retorno à sensação de conforto e segurança tornou-se uma prioridade para a população. O tenente, ao assumir a palavra, trouxe à tona a preocupante falta de efetivo policial na região, destacando diversas ocorrências recentes que acentuam a necessidade urgente de medidas eficazes para conter a criminalidade. Além disso, ressaltou que Fonte Boa é um pelotão de Tefé, evidenciando os desafios logísticos e operacionais enfrentados pela polícia local. O gestor do Departamento de Polícia (DIP) chamou a atenção para o papel essencial da participação da população na audiência, expressando sua disposição em responder a todas as perguntas no recinto. De maneira impactante, revelou que atualmente há apenas um policial civil no município, destacando a precariedade da estrutura policial. O vereador Arthur Lisboa fez reivindicações contundentes, solicitando não apenas um aumento no efetivo policial, mas também a reestruturação do Conselho Tutelar, reconhecendo a importância da prevenção e do cuidado com os jovens para combater a criminalidade. Os vereadores Alcio e Raimundo Andrade reforçaram as demandas por mais efetivo, destacando a urgência de ações para enfrentar o cenário de insegurança na cidade. Por fim, o Padre Mário Cabral enfatizou que a segurança pública é um dever do Estado, instigando a responsabilidade das autoridades em garantir a proteção da comunidade. Essa audiência não apenas revelou a complexidade dos desafios enfrentados por Fonte Boa, mas também ressaltou a necessidade de uma abordagem abrangente e colaborativa para assegurar a segurança e o bem-estar de seus habitantes. Em seguida, foi dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: "Mais segurança

nos bairros da cidade" "Fiscalização da polícia durante o período noturno nos bairros e ruas" "Realizar o plano municipal do município de Fonte Boa" "Por que o efetivo de policial do município é tão pouco, diante da onda de roubos e furtos?" "Por que não tem policiamento o suficiente em nossa cidade?" "Por que os detentos tem livre acesso as ruas do município?" Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que a urgência por mais segurança nos bairros de Fonte Boa emerge como uma demanda premente na comunidade, refletindo a crescente inquietação diante dos alarmantes índices de criminalidade, marcados por uma onda persistente de roubos e furtos. A necessidade de uma fiscalização policial intensificada durante o período noturno nas ruas e bairros é enfatizada como uma medida essencial para conter essas práticas delituosas e proporcionar uma sensação de segurança à população local. A proposta de realizar um plano municipal específico para Fonte Boa se apresenta como um passo estratégico e assertivo para abordar as questões de segurança de maneira direcionada e adaptada às particularidades do município. Contudo, surgem indagações pertinentes sobre a eficácia desse plano, especialmente quando confrontadas com a realidade do reduzido efetivo policial no município. A comunidade expressa sua perplexidade diante da escassez de recursos humanos para lidar com a complexidade da criminalidade local. A ausência de policiamento suficiente na cidade se torna uma interrogação crucial, ecoando a preocupação da população sobre a capacidade das forças de segurança de responder adequadamente às demandas emergentes. Perguntas incisivas surgem, indagando sobre as razões subjacentes a essa carência e apontando para a necessidade de estratégias que garantam uma cobertura policial mais abrangente e eficiente. Outra questão que permeia o debate é a aparente facilidade com que detentos têm livre acesso às ruas do município, levantando questionamentos sobre a eficácia do sistema penitenciário local e a segurança da população diante dessa circunstância. Essas indagações revelam uma preocupação mais ampla sobre a integração de esforços entre as instituições responsáveis pela segurança pública e o sistema prisional. Em síntese, as demandas por mais segurança em Fonte Boa não só revelam a inquietação da comunidade diante da escalada da criminalidade, mas também destacam a necessidade premente de respostas efetivas para enfrentar esses desafios. As perguntas levantadas sobre o efetivo policial, a presença nas ruas e o controle sobre detentos apontam para a complexidade dessas questões, exigindo soluções integradas e abordagens coordenadas para promover um ambiente mais seguro e protegido para os cidadãos. De mais a mais, na abordagem abrangente e propositiva do Deputado Estadual Comandante Dan em relação à segurança pública em Fonte Boa, um conjunto de estratégias e considerações foi apresentado para enfrentar os desafios crescentes no município. A ênfase na presença familiar na vida das crianças destaca uma perspectiva preventiva, reconhecendo que a estrutura familiar desempenha um papel crucial na formação de valores e comportamentos que, por sua vez, podem contribuir para a redução dos índices de criminalidade. A proposta de instalação da Polícia Federal no município aponta para uma visão mais ampla da segurança, considerando não apenas as questões locais, mas também reconhecendo a interconexão das esferas municipal e federal. Isso sugere uma abordagem integrada e colaborativa entre diferentes níveis de governo para combater efetivamente o crime e garantir a ordem pública. A sugestão de implementar a Guarda Civil Municipal reflete a busca por uma presença policial mais localizada e adaptada à realidade específica de Fonte Boa. A criação de uma força de segurança municipal pode fortalecer a resposta imediata a desafios comunitários e proporcionar uma sensação de segurança mais palpável para os cidadãos. Ao mencionar a instalação de um sistema de monitoramento, o Deputado destaca a importância da tecnologia na modernização das práticas de segurança, fornecendo ferramentas para a prevenção e detecção eficazes de atividades criminosas. Isso não apenas aumenta a capacidade de resposta das autoridades, mas também serve como um elemento dissuasivo. A discussão sobre o efetivo de policiamento sublinha a necessidade urgente de recursos humanos adequados para enfrentar os desafios em constante evolução na área de segurança. A proposta de criação de políticas públicas no município reforça uma abordagem holística, reconhecendo que a segurança não é apenas uma questão de policiamento, mas também está intrinsecamente ligada a fatores sociais, econômicos e educacionais. A ideia de fiscalizações noturnas nos bares sinaliza uma estratégia direcionada para controlar pontos potencialmente críticos de vulnerabilidade e prevenir atividades ilegais. Essa abordagem, ao estabelecer uma presença policial mais ativa durante a noite, contribui para a segurança pública ao mesmo tempo em que promove o cumprimento das leis e regulamentações. Por fim, a ênfase na mais efetivação do Conselho Tutelar destaca a importância de proteger os direitos das crianças e adolescentes no contexto local. Fortalecer esse órgão é essencial para garantir que as políticas de segurança também contemplem

as necessidades específicas dessa parcela da população, promovendo assim uma abordagem mais inclusiva e abrangente para a segurança pública em Fonte Boa. Em conjunto, essas propostas delineiam uma visão abrangente e integrada para fortalecer a segurança e o bem-estar da comunidade local. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 22h38, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Fonte Boa.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE AMATURÁ/AM

Às oito horas e quarenta e sete minutos, do dia 05 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de Amaturá/AM, situada na Avenida 21 de Junho, 1618 - Centro, Amaturá - AM, CEP: 69620-000. reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa, o deputado COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Presidente da Casa - Jonas Barroso Eufrazio, Vice-Prefeito – Evandro Lopes, Vice – Presidente da Câmara, Pastor Raimundo Chagas – Coordenador do DEPADAM. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Amaturá/AM, a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Amaturá/AM. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública da ALEAM, relatou que a presente audiência foi aprovada pelos membros que a compõe. Informa que todos o foco maior da audiência pública é sobre as piratarias que ocorrem no Rio Solimões e o crime organizado no município de Amaturá. Realizou um balanço do dia dois de outubro de dois mil e vinte e três, onde a comissão de segurança pública passou por Tefé, Alvarães e Coari. No dia três de outubro de dois mil e vinte e três, passou por Anori e Codajás. Do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, em Santo Antônio do Itá. E hoje, cinco de outubro de dois mil e vinte e três no município de Amaturá. Em seguida, invocou o Artigo 144 da Constituição Federal do Brasil que estabelece a organização da segurança pública no país. Ele determina que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. O artigo especifica as instituições responsáveis, incluindo a Polícia Federal, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, e ressalta suas competências e atribuições. Relatou que como deputado estadual e Presidente da Comissão de Segurança Pública, concentrou-se em promover a segurança e bemestar dos cidadãos. Organizou o Primeiro de Segurança Inovadora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, para discutir desafios e soluções na área de segurança, elaborei projetos de lei visando aprimorar a legislação relacionada à segurança, e busquei a implementação de uma gestão integrada entre as forças policiais e outros órgãos, promovendo a eficiência na prevenção e combate à criminalidade. Relatou que irá elaborar a Carta do Município de Amaturá, onde este documento, assinado pela Câmara Municipal de Amaturá e pela Assembleia Legislativa, tem como objetivo destacar as necessidades específicas do município. A carta será enviada a todos os órgãos das esferas municipal, estadual e federal, buscando apoio, recursos e ações concretas para enfrentar os desafios locais. A iniciativa visa fortalecer a integração entre diferentes esferas de governo em prol do desenvolvimento e segurança de Amaturá. Durante a audiência pública em Amaturá, presidida pelo Deputado Estadual Comandante Dan, presidente da comissão de segurança pública, uma gama de preocupações e propostas foram apresentadas, delineando o cenário desafiador e as aspirações da comunidade em relação à segurança no município. audiência pública realizada no município de Amaturá foi marcada por relatos e demandas contundentes, refletindo a preocupação generalizada com a segurança e o bem-estar da comunidade local. O presidente da câmara municipal, em seu relato abrangente, destacou questões cruciais que assolam a região, ressaltando especialmente a ameaça persistente da pirataria nos rios e os alarmantes índices de roubos e furtos. Essas preocupações foram ecoadas pelo vice-prefeito, que enfatizou não apenas a urgência de lidar com a pirataria e a criminalidade, mas também apontou para a escassez de efetivo, lançando luz sobre a complexidade

desses desafios. A perspectiva do vice-presidente da câmara, um vereador indígena, acentuou a seriedade da situação, destacando novamente a pirataria nos rios e os altos índices de roubos e furtos, enquanto também evidenciava a falta de efetivo como um fator agravante. O debate então se estendeu para a voz da conselheira tutelar, que, atenta às questões de segurança, solicitou não apenas mais policiamento, mas também uma participação mais ativa dos órgãos públicos na busca por soluções, reconhecendo a necessidade de uma abordagem colaborativa e integrada. A intervenção de Renata Carvalho Araújo, moradora de Amaturá, adicionou uma dimensão pessoal ao cenário, ao requerer mais segurança pública para a comunidade e reivindicar medidas concretas para enfrentar os desafios locais. A moradora Sindi Carvalho, em sua reivindicação, enfatizou a necessidade de presença policial, ressaltando a urgência de ações efetivas para combater a insegurança. Por fim, Joelda trouxe à tona a questão da falta de políticas públicas no município de Amaturá, destacando que a abordagem para garantir a segurança vai além da presença policial, envolvendo estratégias abrangentes para enfrentar as raízes subjacentes da criminalidade. Assim, a audiência em Amaturá evidenciou uma convergência de preocupações em relação à pirataria nos rios, aos elevados índices de roubos e furtos, à falta de efetivo e à necessidade premente de medidas eficazes para garantir a segurança local. As diversas vozes presentes na audiência ecoaram a urgência de uma resposta integrada, envolvendo a comunidade, órgãos públicos e autoridades locais para criar um ambiente mais seguro e resiliente em Amaturá. De mais a mais, o Deputado Estadual Comandante Dan relata que as questões levantadas ao longo desta audiência, desde a complexidade do crime organizado até os impactos da pirataria nos rios e a seca no Amazonas, refletem um panorama desafiador que exige nossa atenção coletiva. É louvável a meta das audiências da comissão em abordar temas tão cruciais para nossa segurança e bem-estar. Cita também que o cerne desta discussão, envolvendo a execução da Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a instituição da política nacional de segurança e cidadania, revela uma busca por soluções estruturais e integradas. A implementação do Sistema Único de Segurança Pública pelos municípios, como ressaltado, é um passo significativo para garantir uma abordagem abrangente na promoção da segurança. Relatam também que as colocações dos representantes e gestores locais, destacando a falta de efetivo nas instituições de segurança, as condições insalubres nas delegacias e outras carências estruturais, indicam desafios tangíveis que necessitam de uma resposta eficaz. A atuação conjunta, envolvendo a sociedade civil, autoridades e instituições, é crucial para transformar estas preocupações em ações concretas. Por fim, cita que é inspirador observar a diversidade de vozes aqui presentes, de gestores a líderes comunitários, todos compartilhando suas perspectivas e demandas. A urgência de um novo pacto social, como mencionado nas conclusões, ressalta a responsabilidade coletiva de cada um desempenhar seu papel na construção de uma comunidade mais segura e resiliente. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 12h21, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Amaturá.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE COARI/AM

Às dezenove horas e trinta e sete minutos, do dia 02 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de Coari – Vereador Roberval Rodrigues, situada na Tv. Raimundo Mota, 192 - Centro, Coari - AM, 69460-000, reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa o Deputado COMANDANTE DAN - Presidente; Jeany Pinheiro - Presidente da Câmara Municipal de Coari, Vice-Prefeito de Coari - Edilson Lima, Comandante PMAM de Coari - Major Max Jean, Dr. Barradas – Delegado de Polícia Civil, Wesley Lima – Assessor do Ministério Público do Estado do Amazonas, representando a Promotoria de Justiça de Coari. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Coari, a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Coari. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública da

ALEAM, relatou que a presente audiência foi aprovada pelos membros que a compõem. Informa que todos o foco maior da audiência pública é sobre as piratarias que ocorrem no Rio Solimões e o crime organizado no município de Coari. Realizou um balanço do dia de 02 de Outubro de 2023, onde a Comissão de Segurança Pública passou por Tefé, Alvarães e, agora em Coari. Artigo 144 da Constituição Federal do Brasil estabelece as bases para a organização da segurança pública no país. Destacase que a segurança pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. O artigo enumera os órgãos responsáveis por essa função, incluindo a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. A Polícia Federal tem responsabilidades específicas, como apurar infrações penais de interesse nacional e internacional, combater o tráfico de drogas e exercer funções de polícia judiciária da União. As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia, têm a incumbência de realizar investigações e apurar infrações penais, exceto as militares. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, como forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se aos governadores dos estados e do Distrito Federal. Suas funções principais incluem a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e, no caso dos bombeiros, atividades de defesa civil. O prefeito em exercício, Edilson Lima agradeceu a palavra e a presença de todos, bem como enfatizou que é de extrema importância os temas aqui debatidos pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. O Delegado de Polícia Civil, Dr. Barrada, indagou o art. 144 da CF, é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. O artigo enumera os órgãos responsáveis por essa função, incluindo a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Relatou que chegou no município de Coari no ano de 2017, tendo duas delegacias, um voltado aos crimes em geral e uma delegacia especializada. Requereu mais efetivo, uma vez que se tem um efetivo muito baixo, apenas 6 efetivos, mas a PC Geral mandou mais 4 policiais até final do ano, para as operações paz e horus. O delegado relata que tem operações em curso. Foi dada uma queda muito grande nos números de homicídios. Quanto aos crimes ambientais, houve um elevado aumento. Em seguida, o Major da PMAM de Coari, relatou que município de Coari tem 212 comunidades. Sendo que, são 183 comunidades nas 07 calhas do Rio e 29 Comunidades em Ramais e Estradas. Realizou um balanço onde relatou: 04 VTR Hilux, 01 VTR S10, 02 VTR OROCH. 3 Suzuki Stron 650cc. Quando ao contingente policial, relatou que tem 30 policiais. Sendo 01 cedido ao prédio público, 06 policiais cedidos ao administrativo, 05 policiais cedido ao presídio e, 05 policiais cedidos a destinos diversos. O Vereador Elinho expressou preocupação bem com a necessidade premente de um aumento no efetivo policial em nosso município de Coari. A segurança pública é uma prioridade para todos nós, e a presença policial é essencial para manter a ordem e garantir a proteção de nossos municípios. Diante do crescente número de incidentes criminais em nossa região, é imperativo que tomemos medidas para reforçar a segurança e proporcionar um ambiente mais seguro para nossos cidadãos. Peço encarecidamente que este requerimento seja encaminhado às autoridades competentes, solicitando a alocação de recursos adicionais para o aumento do efetivo policial em Coari. O Vereador José Bastos, enfatizou a necessidade urgente de um aumento significativo no efetivo policial em nosso município. A segurança é um direito fundamental de todos os cidadãos, e é nosso dever enquanto legisladores zelar pelo bem-estar da comunidade. Os relatos de crimes e a sensação de insegurança têm sido uma constante em nossas conversas com os municípios. Diante disso, solicito que este requerimento seja submetido às instâncias competentes, buscando a destinação de recursos e a adoção de medidas necessárias para ampliar o contingente policial em Coari. O vereador Bacana, em virtude das crescentes preocupações manifestadas por nossos eleitores e considerando a responsabilidade que temos para com a segurança e o bem-estar da população de Coari, relatou a necessidade urgente de mais efetivo policial em nosso município. A falta de recursos humanos na força policial local tem se refletido em um aumento perceptível na incidência de crimes. Nossa comunidade merece viver em um ambiente seguro e protegido, e é nosso dever buscar soluções para garantir isso. Em seguida, foi dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: “Quais são os principais problemas e desafios enfrentados pela segurança pública?” “Porque não temos um número maior de policial em nosso município?” “Infelizmente os traficantes estão na cidade com muita facilidade, devido ao pouco efetivo de nossos policiais, o que pretendem fazer para coibir isso?” Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que os principais problemas e desafios enfrentados pela segurança pública variam de acordo com o contexto local, mas algumas questões são comuns em muitas

comunidades. Entre os desafios estão a criminalidade, que abrange desde crimes violentos até delitos patrimoniais; a falta de recursos humanos e materiais nas forças de segurança; a necessidade de aprimorar a prevenção ao crime e a investigação; e a busca por uma integração eficaz entre as diferentes esferas de atuação no âmbito da segurança pública. A escassez de policiais em um município pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo limitações orçamentárias, falta de investimento em segurança, problemas de gestão de recursos humanos e questões políticas. A alocação de recursos para aumentar o efetivo policial muitas vezes compete com outras demandas prioritárias, tornando necessário um equilíbrio entre diferentes áreas de atuação do governo. Para enfrentar o problema da presença facilitada de traficantes devido à escassez de efetivo policial, é crucial adotar uma abordagem integrada. Medidas podem incluir: Buscar recursos e apoio para aumentar o número de policiais disponíveis, reforçando as operações de combate ao tráfico. Fortalecer as atividades de inteligência para identificar e monitorar redes de tráfico, permitindo uma atuação mais eficaz. Proporcionar treinamento contínuo aos policiais, incluindo o uso de tecnologias modernas para melhorar a eficiência operacional. Estimular a colaboração entre a polícia e a comunidade, fortalecendo a confiança mútua e incentivando o compartilhamento de informações sobre atividades suspeitas. Implementar estratégias de prevenção ao uso de drogas, visando reduzir a demanda por substâncias ilícitas. Estabelecer parcerias com outros órgãos governamentais, como a justiça e as secretarias de assistência social, para uma abordagem integrada e abrangente. De mais a mais, o Deputado Comandante Dan apresentou o Projeto de Lei 681/2023, que versa sobre a implementação de medidas para prevenir a violência doméstica contra crianças e adolescentes. Além disso, o Deputado destacou a importância da colaboração entre município, estado e união para coibir a criminalidade e anunciou a elaboração da "Carta de Coari". O Deputado relatou sobre o conceito de "ordem pública" a qual refere-se à ideia geral de manter a paz, a segurança e a estabilidade na sociedade. Ele é utilizado em diferentes contextos legais e políticos para descrever a necessidade de estabelecer e preservar certos padrões fundamentais de comportamento e organização social. O Deputado relata que a ordem pública pode abranger uma variedade de áreas, incluindo, a prevenção de crimes e a proteção dos cidadãos contra ameaças à sua integridade física. A promoção de comportamentos considerados moralmente aceitáveis pela sociedade em questão. A garantia de que as instituições políticas e o processo democrático funcionem de maneira eficaz, sem ameaças significativas à estabilidade do governo. Na mesma seara, cita que a proteção da saúde da população, muitas vezes incluindo medidas para controlar epidemias e pandemias. A garantia de que os direitos fundamentais dos cidadãos são respeitados e protegidos. A aplicação do conceito de ordem pública pode variar de acordo com a cultura, o sistema legal e as circunstâncias específicas de cada sociedade. Em alguns casos, certas restrições aos direitos individuais podem ser consideradas necessárias para manter a ordem pública, enquanto em outros contextos, a ênfase pode estar na promoção de liberdades individuais. Além disso, decisões judiciais frequentemente levam em consideração o conceito de ordem pública ao avaliar a legalidade de determinadas ações ou práticas. Se uma ação é considerada prejudicial à ordem pública, isso pode ser motivo para sua proibição ou limitação. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 22h01, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Coari.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE BENJAMIM CONSTANT/AM

Às onze horas e vinte e sete minutos, do dia 09 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de Benjamin Constant, situada na Av. Castelo Branco, 1434-1562 - Coimbra, Benjamin Constant - AM, 69630-000, reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa o Deputado Estadual COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Marcos Alex – Vice Presidente da Câmara Municipal de

Benjamim Constant, Marcelo Cavalcante – Comandante do 8 Batalhão da Polícia Militar de Tabatinga, Jackson Mesquita – Comandante da Guarda Civil Municipal, Pastor Raimundo Chagas – Coordenador do DEMPADAM. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Benjamim Constant, a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Benjamim Constant. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, cumprimentou todas as autoridades da mesa, a saber: Marcos Alex – Vice Presidente da Câmara Municipal de Benjamim Constant, Marcelo Cavalcante – Comandante do 8 Batalhão da Polícia Militar de Tabatinga, Jackson Mesquita – Comandante da Guarda Civil Municipal, Pastor Raimundo Chagas – Coordenador do DEMPADAM, O Deputado Estadual Comandante Dan, na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública, conduziu uma extensa série de audiências públicas ao longo dos meses, abrangendo diversas localidades do estado. Desde a primeira audiência na Câmara Municipal de Iranduba, em fevereiro de 2023, até os eventos mais recentes em municípios como Tefé, Alvarães, Coari, e outros, essas audiências proporcionaram uma plataforma para a comunidade expressar preocupações, contribuir com sugestões e participar ativamente na formulação de estratégias de segurança, reforçando o compromisso do Deputado Comandante Dan com a segurança pública em diversas áreas do estado do Amazonas. Relatou que irá elaborar a Carta do Município de Benjamim Constant, onde este documento, assinado pela Câmara Municipal de Benjamim Constant e pela Assembleia Legislativa, tem como objetivo destacar as necessidades específicas do município. A carta será enviada a todos os órgãos das esferas municipal, estadual e federal, buscando apoio, recursos e ações concretas para enfrentar os desafios locais. A iniciativa visa fortalecer a integração entre diferentes esferas de governo em prol do desenvolvimento e segurança de Benjamim Constant. O Deputado Estadual Comandante Dan, durante as audiências públicas, compartilhou importantes diretrizes para iniciativas voltadas à segurança pública. Primeiramente, ele anunciou a realização de um seminário sobre segurança inovadora, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Essa iniciativa destaca a busca por abordagens modernas e tecnológicas no âmbito da segurança, refletindo o compromisso com a atualização e eficiência nos métodos de proteção à comunidade. Além disso, o Deputado apresentou um livro intitulado "Cases de Sucesso Presidente Figueiredo", que se concentra em experiências bem-sucedidas relacionadas à segurança pública na região. O livro destaca práticas exemplares e estratégias implementadas em Presidente Figueiredo, servindo como um recurso valioso para disseminar conhecimento e inspirar iniciativas semelhantes em outras localidades. Outra contribuição significativa foi a criação de uma cartilha dedicada à municipalização de segurança pública. Esse guia visa fornecer orientações práticas e diretrizes para os municípios, incentivando a participação ativa na gestão local da segurança. A municipalização busca fortalecer a cooperação entre as comunidades locais, autoridades municipais e órgãos de segurança, promovendo um ambiente mais seguro e participativo. Ato contínuo, o Secretário da Casa Civil, Dr. Davi Oliveira, lamentou a ausência do Ministério Público e do Poder Judiciário, destacando uma lacuna na participação dessas instituições essenciais. Um professor do município questionou quem fiscaliza o Ministério Público e o Poder Judiciário, enfatizando a necessidade de instalação da Polícia Federal e de uma base do Exército para reforçar a segurança. O Pastor Jesse defendeu a necessidade de resgatar um novo pacto social com uma cultura de paz, propondo o retorno do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) nas escolas. O IPC Acuir Richards destacou as necessidades práticas do município, solicitando embarcações, efetivo para a Polícia Militar e Civil, e urgência no deslocamento de custodiados para outros municípios. O Tenente Coronel Marcelo Cavalcante enfatizou a importância da integração de todos os órgãos para fortalecer a segurança pública na região. O Guarda Civil Municipal Jackson identificou problemáticas locais, incluindo o uso de drogas, sensação de insegurança, violência doméstica e acidentes de trânsito. Para enfrentar esses desafios, propôs políticas públicas que reintegrem cidadãos em situação de vulnerabilidade social, defendendo a criação de um centro de reabilitação, logística para a Ronda Municipal Maria da Penha, Delegacia da Mulher, patrulhamento comunitário ribeirinho e rural, e municipalização do trânsito. No contexto institucional, enfatizou a necessidade de um piso salarial nacional para a Guarda Civil Municipal, a abrangência de atuação da GCM, a inclusão da GCM no Art. 144 da Constituição Federal como polícia municipal, o armamento da instituição devido à sua localização em área de fronteira, e o apoio de emendas parlamentares para melhorar a estrutura da instituição. Ele também mencionou duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) em trâmite no Senado e na Câmara dos Deputados.

Essas falas refletem a complexidade dos desafios enfrentados pelo município e propõem uma abordagem abrangente e colaborativa para fortalecer a segurança pública local. Na oportunidade, o Departamento Municipal de Trânsito e Transportes de Benjamim Constant, apresentou um ofício contendo o seguinte conteúdo: que é um órgão responsável pela fiscalização de trânsito e transporte, no Município de Benjamin Constant, implantar, manter, operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamento de controle viários de trafego. Executar fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infração de circulação, estacionamentos e paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro-CTB, notificando os infratores, mantendo no âmbito Municipal a ordem e a eficácia de um Trânsito Seguro. Com o intuito de organizar o município e melhorar o fluxo de pessoas e meios de transportes nas vias de Benjamin Constant, o Departamento Municipal de Trânsito e TransportesDEMUTRAN, realiza o trabalho de Educação intensiva com a população. Os Agentes de Trânsito estão sempre presentes no centro da cidade, passando orientações referente a estacionamento, mão e contramão e mudança de fluxo, por exemplo, com planejamento e implantação de medidas para redução de circulação de veículos que não possuem condições mínimas para trafegar em vias públicas e reorientação de trafego. Além disso, o DEMUTRAN oferta apoio e suporte a diversos movimentos que devem atravessar a cidade como cortejos, profissões e eventos públicos e outros. O Vereador Paulo Amorim, que também é Guarda Municipal, abordou a questão do trânsito, destacando a frequência de pessoas dirigindo sem CNH e propondo um plano de municipalização para Benjamin Constant. O Vereador Lucas solicitou um aumento no efetivo tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, reconhecendo a necessidade de recursos humanos para fortalecer as operações de segurança. O Vereador Daniel destacou a importância da autonomia da Guarda Civil Municipal, sugerindo medidas que permitam que a instituição exerça suas funções de maneira eficiente e independente. O Vereador Marcos reforçou a necessidade de efetividade nos órgãos de segurança pública e propôs uma integração mais estreita com as igrejas locais, além de destacar a importância de equipamentos de segurança e uma infraestrutura adequada. Por fim, a Vereadora Suzi Nascimento enfatizou a necessidade de efetividade e integração entre a igreja e o município, sugerindo uma colaboração mais estreita entre essas instituições para abordar questões sociais e de segurança. As falas dessas autoridades refletem uma abordagem holística para a segurança pública, incorporando a municipalização do trânsito, o aumento do efetivo policial, a autonomia da Guarda Civil Municipal e a integração com instituições religiosas como elementos-chave na promoção de um ambiente seguro e colaborativo em Benjamin Constant. Em seguida, foi dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: "Patrulha no Rio Alto Solimões?" "Mais policiais nas ruas de Benjamin Constant?" "Quando será apresentada a efetividade de policiais na região?" "Quais providências serão tomadas acerca da Delegacia de Benjamin Constant?" Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que a implementação de uma patrulha no Rio Alto Solimões é uma estratégia crucial para fortalecer a segurança na região. Essa medida visa aprimorar a vigilância fluvial, especialmente em áreas propensas a atividades ilícitas como tráfico de drogas e contrabando. Patrulhas fluviais são essenciais para garantir a segurança da população ribeirinha e para coibir ações criminosas ao longo dos rios, demandando uma abordagem específica e especializada nas condições geográficas da região. A solicitação de um aumento no número de policiais nas ruas de Benjamin Constant sugere o reconhecimento da necessidade de reforçar a presença policial para melhorar a segurança pública. O incremento de efetivos nas ruas pode contribuir para dissuadir atividades criminosas, proporcionar resposta rápida a incidentes e fortalecer o vínculo entre a polícia e a comunidade local. Essa medida visa, portanto, aumentar a visibilidade policial e a sensação de segurança para os residentes do município. A busca por informações sobre a efetividade dos policiais na região sugere uma preocupação com a avaliação e prestação de contas dos recursos alocados para a segurança pública. É essencial estabelecer indicadores claros para medir o impacto das operações policiais, incluindo taxas de criminalidade, resolução de casos e a percepção da comunidade sobre a eficácia das ações policiais. Apresentar regularmente essas informações à comunidade é crucial para garantir transparência e manter a confiança no trabalho das forças de segurança. A indagação sobre as providências em relação à Delegacia de Benjamin Constant aponta para a necessidade de avaliação e possível melhoria das condições e eficiência dessa instituição. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura, equipamentos, treinamento de pessoal e o desenvolvimento de estratégias operacionais mais eficazes. A otimização da Delegacia é vital para garantir uma resposta eficiente aos desafios específicos de segurança na localidade,

contribuindo para a tranquilidade e bem-estar da comunidade. Finalizando, o Deputado Estadual Comandante Dan, na posição de Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM), abordou uma série de questões fundamentais durante as audiências públicas, destacando a importância de estabelecer o conceito de ordem pública no município de Benjamim Constant. Sua ênfase nesse ponto sugere uma preocupação central com a segurança e o bem-estar da população local, buscando implementar medidas que promovam um ambiente seguro e tranquilo. Além disso, ao mencionar que muitos municípios não estão habilitados pela Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu um sistema integrado para todas as forças de segurança pública, o Deputado ressalta uma lacuna significativa nas estratégias de segurança que precisa ser endereçada. A integração das forças de segurança é crucial para a prevenção e controle qualificado da violência e criminalidade em âmbito nacional, demonstrando uma necessidade premente de adequação e aprimoramento das políticas locais. Além disso, o Deputado Comandante abordou uma gama diversificada de tópicos relacionados a políticas públicas, incluindo segurança, ambiente escolar, parcerias com igrejas e iluminação pública. Essa ampla abordagem reflete uma visão holística da segurança, reconhecendo que fatores como educação, parcerias com a comunidade e a infraestrutura urbana desempenham papéis cruciais na promoção de ambientes seguros e sustentáveis. Ao destacar essas áreas, o Deputado enfatiza não apenas a necessidade de uma abordagem multidimensional para a segurança, mas também a importância de parcerias colaborativas entre entidades governamentais, organizações religiosas e a sociedade civil. Portanto, as falas do Deputado Estadual Comandante Dan nas audiências públicas refletem um compromisso abrangente e uma visão estratégica para enfrentar desafios específicos de segurança, promovendo uma discussão aberta e colaborativa sobre medidas que visam a criação de comunidades mais seguras, resilientes e bem gerenciadas. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 13h24, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Benjamim Constant.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE JUTAÍ/AM

Às quatorze horas e vinte e nove minutos, do dia 10 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de Jutaí/AM, situada na Rua Teotonílio Cavalcante, 29 – Centro, reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Everaldo Jaques Azevedo da Costa – Presidente da Câmara Municipal, Elimar José de Paula – Secretário de Educação, Cultura e Esporte, IPC Daniel Moreira Barrancas – Gestor do DIP, SGT PMAM – Evandro Carvalho dos Santos. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Jutaí, a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Jutaí. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, cumprimentou todas as autoridades da mesa, a saber: Everaldo Jaques Azevedo da Costa – Presidente da Câmara Municipal, Elimar José de Paula – Secretário de Educação, Cultura e Esporte, IPC Daniel Moreira Barrancas – Gestor do 56º DIP, SGT PMAM – Evandro Carvalho dos Santos. O Deputado Estadual Comandante Dan, na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública, conduziu uma extensa série de audiências públicas ao longo dos meses, abrangendo diversas localidades do estado. Desde a primeira audiência na Câmara Municipal de Iranduba, em fevereiro de 2023, até os eventos mais recentes em municípios como Tefé, Alvarães, Coari, e outros, o deputado buscou engajar ativamente a comunidade em discussões sobre questões de segurança específicas de cada região. As audiências abordaram desde preocupações locais em bairros como Jorge Teixeira e Novo Israel até desafios mais amplos de segurança pública no âmbito estadual, incluindo a segurança fluvial na audiência "Piratas dos Rios". O enfoque direcionado às escolas, com eventos no CETI Elisa Bessa Freire e no Colégio da Polícia Militar Pedro Câmara, reflete a atenção especial à segurança dos jovens. Essas audiências proporcionaram uma plataforma para a comunidade expressar preocupações, contribuir com sugestões e participar ativamente na

formulação de estratégias de segurança, reforçando o compromisso do Deputado Comandante Dan com a segurança pública em diversas áreas do estado do Amazonas. Relato que irá elaborar a Carta do Município de Jutaí, onde este documento, assinado pela Câmara Municipal de Jutaí e pela Assembleia Legislativa, tem como objetivo destacar as necessidades específicas do município. A carta será enviada a todos os órgãos das esferas municipal, estadual e federal, buscando apoio, recursos e ações concretas para enfrentar os desafios locais. A iniciativa visa fortalecer a integração entre diferentes esferas de governo em prol do desenvolvimento e segurança de Jutaí. O Deputado Estadual Comandante Dan, durante as audiências públicas, compartilhou importantes diretrizes para iniciativas voltadas à segurança pública. Primeiramente, ele anunciou a realização de um seminário sobre segurança inovadora, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Essa iniciativa destaca a busca por abordagens modernas e tecnológicas no âmbito da segurança, refletindo o compromisso com a atualização e eficiência nos métodos de proteção à comunidade. Além disso, o Deputado apresentou um livro intitulado "Casos de Sucesso Presidente Figueiredo", que se concentra em experiências bem-sucedidas relacionadas à segurança pública na região. O livro destaca práticas exemplares e estratégias implementadas em Presidente Figueiredo, servindo como um recurso valioso para disseminar conhecimento e inspirar iniciativas semelhantes em outras localidades. Outra contribuição significativa foi a criação de uma cartilha dedicada à municipalização de segurança pública. Esse guia visa fornecer orientações práticas e diretrizes para os municípios, incentivando a participação ativa na gestão local da segurança. A municipalização busca fortalecer a cooperação entre as comunidades locais, autoridades municipais e órgãos de segurança, promovendo um ambiente mais seguro e participativo. Na audiência pública realizada no município de Jutaí, diversas vozes se ergueram em um coro unificado em prol da segurança pública local. O Vereador Geraldo foi incisivo ao solicitar um reforço substancial na segurança para a comunidade, indicando preocupações latentes na região. O Secretário de Educação, Cultura e Esporte, Elimar José de Paula, destacou a ausência de segurança no município, argumentando pela necessidade de instalação de câmeras e a criação de um centro integrado para coordenar esforços e melhorar a eficácia do policiamento. O Vereador Darlei enfatizou a urgência na reforma do 56º Distrito Integrado de Polícia (DIP), demandando mais efetivo policial, uma presença mais marcante do judiciário e do Ministério Público, além de solicitar emendas parlamentares como forma de fortalecer a estrutura de segurança local. Sua fala abrangeu também a necessidade de assegurar a segurança nas escolas, reconhecendo a importância de um ambiente educacional seguro. A Vereadora Meiri concentrou sua intervenção na solicitação de segurança específica para as escolas, apontando para a crescente preocupação com drogas, furtos e roubos que impactam diretamente a comunidade escolar. Essa abordagem destaca a importância de proteger os locais de aprendizado e garantir um ambiente propício ao desenvolvimento educacional. Adicionalmente, os vereadores, através de ofícios, buscaram não apenas soluções para a segurança, mas também abordaram outras necessidades fundamentais das comunidades ribeirinhas, requisitando poços artesianos. A solicitação formal para a reforma do 56º DIP por meio de ofício reforça a busca pela atenção do poder público para melhorar as condições estruturais da segurança na região. Essas diversas vozes na audiência de Jutaí revelam uma preocupação generalizada com a segurança pública, destacando a necessidade de medidas abrangentes que vão desde o reforço policial até iniciativas para proteger espaços educacionais. As demandas específicas expressas pelos vereadores evidenciam um chamado conjunto por ações coordenadas e investimentos direcionados para abordar os desafios únicos enfrentados pelo município no âmbito da segurança pública. Em seguida, foi dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: "Identificação e controle dos visitantes no município." "Porque não temos atuação dos policiais no final de semana?" "Porque a Delegacia não funciona 24h?" "Qual é a diferença entre o Guarda Municipal e o Policial Civil?" "É possível Guarda Municipal nas Escolas?" "Qual a possibilidade de bases nos rios?" "Mais efetivo no município de Jutaí." "Casa de Apoio para menores infratores?" "Mais efetivo policial de acordo com a quantidade de habitantes." Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que a preocupação com a identificação e controle de visitantes sugere a necessidade de medidas para monitorar e regulamentar a entrada de pessoas no município. Isso pode incluir a implementação de sistemas de registro, como um controle mais rigoroso nas fronteiras ou a adoção de tecnologias de identificação. O questionamento sobre a ausência de atuação policial nos finais de semana levanta preocupações sobre a disponibilidade e cobertura dos serviços de segurança durante esse período crucial. Explorar as razões por trás dessa limitação

pode levar a propostas para melhorar a distribuição do efetivo ao longo da semana. A indagação sobre o funcionamento 24 horas da Delegacia destaca a importância da prontidão e disponibilidade dos serviços de segurança em tempo integral. Questões relacionadas a recursos, pessoal e logística podem ser consideradas ao abordar essa preocupação. A diferenciação entre Guarda Municipal e Policial Civil ressalta a necessidade de esclarecimentos sobre os papéis e responsabilidades de cada categoria. Isso pode incluir aspectos legais, treinamento e competências específicas de cada função. A viabilidade de ter Guarda Municipal nas escolas sugere uma busca por medidas adicionais de segurança nos ambientes educacionais. Essa discussão pode incluir a colaboração entre a Guarda Municipal, as autoridades educacionais e a comunidade para promover um ambiente escolar mais seguro. A proposta de estabelecer bases nos rios destaca a importância de abordar questões específicas relacionadas à segurança em áreas fluviais. Essas bases podem servir como pontos estratégicos para combater atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e pirataria. O apelo por mais efetivo policial indica uma necessidade percebida de reforçar a presença das forças de segurança no município, possivelmente relacionada ao tamanho da população e à complexidade dos desafios locais. A sugestão de uma Casa de Apoio para menores infratores aborda a necessidade de estruturas específicas para lidar com a ressocialização e a reintegração de jovens em situação de delinquência. O questionamento sobre o efetivo policial em relação à população destaca a importância de considerar a proporção adequada para garantir uma cobertura eficaz e atender às demandas de segurança da comunidade. Finalizando, o Deputado Estadual Comandante Dan, na posição de Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM), abordou uma série de questões fundamentais durante as audiências públicas, destacando a importância de estabelecer o conceito de ordem pública no município de Jutai. Sua ênfase nesse ponto sugere uma preocupação central com a segurança e o bem-estar da população local, buscando implementar medidas que promovam um ambiente seguro e tranquilo. Além disso, ao mencionar que muitos municípios não estão habilitados pela Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu um sistema integrado para todas as forças de segurança pública, o Deputado ressalta uma lacuna significativa nas estratégias de segurança que precisa ser endereçada. A integração das forças de segurança é crucial para a prevenção e controle qualificado da violência e criminalidade em âmbito nacional, demonstrando uma necessidade premente de adequação e aprimoramento das políticas locais. Além disso, o Deputado Comandante abordou uma gama diversificada de tópicos relacionados a políticas públicas, incluindo segurança, ambiente escolar, parcerias com igrejas e iluminação pública. Essa ampla abordagem reflete uma visão holística da segurança, reconhecendo que fatores como educação, parcerias com a comunidade e a infraestrutura urbana desempenham papéis cruciais na promoção de ambientes seguros e sustentáveis. Ao destacar essas áreas, o Deputado enfatiza não apenas a necessidade de uma abordagem multidimensional para a segurança, mas também a importância de parcerias colaborativas entre entidades governamentais, organizações religiosas e a sociedade civil. Portanto, as falas do Deputado Estadual Comandante nas audiências públicas refletem um compromisso abrangente e uma visão estratégica para enfrentar desafios específicos de segurança, promovendo uma discussão aberta e colaborativa sobre medidas que visam a criação de comunidades mais seguras, resilientes e bem gerenciadas. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 16h34, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Jutai.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA/AM

Às dezenove horas e vinte e oito minutos, do dia 09 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de São Paulo de Olivença, situada na R. Getúlio Vargas, 1557 - De Campinas, São Paulo de Olivença - AM, 69600-000, reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa o Deputado Estadual COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Vereador ALCIDES SEBASTIÃO GUEDES - 1º Vice Presidente

da Câmara, SGT PMAM Mário Jorge Gonçalves de Souza - Comandante da 2ª CPM do 8º BPM/PMAM, Pastor Raimundo Chagas – Coordenador do DEMPADAM. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de São Paulo de Olivença, a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de São Paulo de Olivença. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, cumprimentou todas as autoridades da mesa, a saber: 1º Vice Presidente da Câmara, SGT PMAM Mário Jorge Gonçalves de Souza, Pastor Raimundo Chagas – Coordenador do DEMPADAM. O Deputado Estadual Comandante Dan, na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública, conduziu uma extensa série de audiências públicas ao longo dos meses, abrangendo diversas localidades do estado. Desde a primeira audiência na Câmara Municipal de Iranduba, em fevereiro de 2023, até os eventos mais recentes em municípios como Tefé, Alvarães, Coari, e outros, o deputado buscou engajar ativamente a comunidade em discussões sobre questões de segurança específicas de cada região. As audiências abordaram desde preocupações locais em bairros como Jorge Teixeira e Novo Israel, em Manaus, até desafios mais amplos de segurança pública no âmbito estadual, incluindo a segurança fluvial na audiência "Piratas dos Rios". O enfoque direcionado às escolas, com eventos no CETI Elisa Bessa Freire e no Colégio da Polícia Militar Pedro Câmara, reflete a atenção especial à segurança dos jovens. Essas audiências proporcionaram uma plataforma para a comunidade expressar preocupações, contribuir com sugestões e participar ativamente na formulação de estratégias de segurança, reforçando o compromisso do Deputado Comandante Dan com a segurança pública em diversas áreas do estado do Amazonas. Relatou que irá elaborar a Carta do Município de São Paulo de Olivença, onde este documento, assinado pela Câmara Municipal de São Paulo de Olivença e pela Assembleia Legislativa, tem como objetivo destacar as necessidades específicas do município. A carta será enviada a todos os órgãos das esferas municipal, estadual e federal, buscando apoio, recursos e ações concretas para enfrentar os desafios locais. A iniciativa visa fortalecer a integração entre diferentes esferas de governo em prol do desenvolvimento e segurança de São Paulo de Olivença. O Deputado Estadual Comandante Dan, durante as audiências públicas, compartilhou importantes diretrizes para iniciativas voltadas à segurança pública. Primeiramente, ele anunciou a realização de um seminário sobre segurança inovadora, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Essa iniciativa destaca a busca por abordagens modernas e tecnológicas no âmbito da segurança, refletindo o compromisso com a atualização e eficiência nos métodos de proteção à comunidade. Além disso, o Deputado apresentou um livro intitulado "Cases de Sucesso Presidente Figueiredo", que se concentra em experiências bem-sucedidas relacionadas à segurança pública na região. O livro destaca práticas exemplares e estratégias implementadas em Presidente Figueiredo, servindo como um recurso valioso para disseminar conhecimento e inspirar iniciativas semelhantes em outras localidades. Outra contribuição significativa foi a criação de uma cartilha dedicada à municipalização de segurança pública. Esse guia visa fornecer orientações práticas e diretrizes para os municípios, incentivando a participação ativa na gestão local da segurança. A municipalização busca fortalecer a cooperação entre as comunidades locais, autoridades municipais e órgãos de segurança, promovendo um ambiente mais seguro e participativo. Na audiência pública realizada no município de São Paulo de Olivença, as contribuições dos participantes refletem uma preocupação coletiva e abrangente em relação à segurança pública na região. O Vereador Renato, por meio de uma série de requerimentos, ressaltou a importância de medidas efetivas para fortalecer a segurança local. Ele solicitou um aumento no efetivo da Polícia Militar, a aquisição de uma embarcação de lancha para a PM, a efetivação da Guarda Municipal e o apoio do governo federal, sinalizando uma abordagem integrada que envolva recursos locais e federais para enfrentar questões de segurança complexas. A proposta de uma força-tarefa da Polícia Federal no município destaca o reconhecimento da necessidade de cooperação entre diferentes esferas de aplicação da lei para enfrentar desafios específicos. O Sargento Mario Jorge, ao expressar gratidão pela presença na audiência, enfatizou a importância de reforçar o policiamento no município. Sua fala indica a necessidade de medidas preventivas e ostensivas para combater a criminalidade, reconhecendo que uma presença policial mais robusta pode dissuadir atividades ilícitas e melhorar a sensação de segurança na comunidade. O Vereador Cristian contribuiu propondo a aquisição de uma lancha blindada, a efetivação dos guardas municipais e a implementação de projetos voltados ao esporte e aos jovens. Essas propostas destacam a importância de uma abordagem holística para a segurança, incorporando medidas não apenas repressivas, mas também preventivas e sociais para promover um ambiente mais

seguro e saudável. O Vereador Paulo, em sua intervenção, delimitou uma série de requerimentos que abordam questões estruturais e operacionais. Ele solicitou a criação de uma delegacia, promovendo um trabalho integrado entre as forças de segurança, investimentos em transporte e viaturas, além de ações específicas para combater o tráfico de drogas e a violência. Suas demandas refletem a compreensão de que a segurança pública vai além da presença policial, envolvendo também infraestrutura adequada e estratégias específicas para enfrentar desafios complexos. Finalmente, a intervenção do morador José Luiz, ao expressar sua preocupação com a segurança nas escolas e destacar a ausência do Ministério Público e do Poder Judiciário, ressalta a necessidade de uma atuação mais efetiva e coordenada das instituições responsáveis pela aplicação da lei e justiça. Em seguida, foi dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: “Há possibilidade de formar um conselho municipal?” “Qual é a razão do déficit da polícia militar no município?” “Segurança nas Escolas.” Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que a proposta de formar um conselho municipal demonstra uma aspiração por uma participação mais ativa e democrática da comunidade na definição de políticas de segurança. A criação de um conselho municipal pode proporcionar um espaço para a colaboração entre autoridades locais, representantes da sociedade civil e forças de segurança, permitindo discussões e tomadas de decisão mais alinhadas com as necessidades e expectativas da população. Esse tipo de iniciativa favorece a construção de estratégias mais inclusivas e eficazes. A indagação sobre o déficit na Polícia Militar indica uma preocupação direta com os recursos e a capacidade operacional das forças de segurança locais. Identificar as razões por trás desse déficit é crucial para a formulação de soluções eficazes. Pode envolver questões de orçamento, recrutamento, retenção de efetivo ou até mesmo estratégias de alocação de recursos. Entender essas razões é o primeiro passo para desenvolver planos de ação que possam fortalecer a presença policial e a capacidade de resposta no município. A preocupação com a segurança nas escolas destaca a importância de garantir um ambiente educacional seguro para alunos, professores e funcionários. Essa questão pode abranger desde medidas físicas, como a presença de pessoal de segurança, até programas educativos que promovam a cultura da paz e a prevenção de violência. A segurança nas escolas muitas vezes requer uma abordagem integrada que envolva as autoridades educacionais, as forças de segurança e a comunidade, visando criar um ambiente propício ao aprendizado e proteger os envolvidos de potenciais ameaças. Finalizando, o Deputado Estadual Comandante Dan, na posição de Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM), abordou uma série de questões fundamentais durante as audiências públicas, destacando a importância de estabelecer o conceito de ordem pública no município de São Paulo de Olivença. Sua ênfase nesse ponto sugere uma preocupação central com a segurança e o bem-estar da população local, buscando implementar medidas que promovam um ambiente seguro e tranquilo. Além disso, ao mencionar que muitos municípios não estão habilitados pela Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu um sistema integrado para todas as forças de segurança pública, o Deputado ressalta uma lacuna significativa nas estratégias de segurança que precisa ser endereçada. A integração das forças de segurança é crucial para a prevenção e controle qualificado da violência e criminalidade em âmbito nacional, demonstrando uma necessidade premente de adequação e aprimoramento das políticas locais. Além disso, o Deputado Comandante Dan abordou uma gama diversificada de tópicos relacionados a políticas públicas, incluindo segurança, ambiente escolar, parcerias com igrejas e iluminação pública. Essa ampla abordagem reflete uma visão holística da segurança, reconhecendo que fatores como educação, parcerias com a comunidade e a infraestrutura urbana desempenham papéis cruciais na promoção de ambientes seguros e sustentáveis. Ao destacar essas áreas, o Deputado enfatiza não apenas a necessidade de uma abordagem multidimensional para a segurança, mas também a importância de parcerias colaborativas entre entidades governamentais, organizações religiosas e a sociedade civil. Portanto, as falas do Deputado Estadual Comandante Dan nas audiências públicas refletem um compromisso abrangente e uma visão estratégica para enfrentar desafios específicos de segurança, promovendo uma discussão aberta e colaborativa sobre medidas que visam a criação de comunidades mais seguras, resilientes e bem gerenciadas. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 21h44, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em São Paulo de Olivença.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ/AM

Às dezenove horas e trinta e dois minutos, do dia 04 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá/AM, situada na Rua Mizael Teixeira, 11 - Centro, Santo Antônio do Içá - AM, 69680-000 reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa o Deputado COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Presidente da Casa - Emanuel Magalhães, Secretário de Administração - Emanuel Mathias, Crispiano Bisneto - Secretário Municipal de Segurança Pública. Sargento Gomes Melo – PMAM, IPC Raimundo Menezes – Gestor do DIP de Santo Antônio do Içá/AM. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá/AM, a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Santo Antônio do Içá/AM. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública da ALEAM, relatou que a presente audiência foi aprovada pelos membros que a compõe. Informa que todos o foco maior da audiência pública é sobre as piratarías que ocorrem no Rio Solimões e o crime organizado no município de Santo Antônio do Içá. Realizou um balanço do dia dois de outubro de dois mil e vinte e três, onde a comissão de segurança pública passou por Tefé, Alvarães e Coari. No dia três de outubro de dois mil e vinte e três, passou por Anori e Codajás. E hoje, no dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, em Santo Antônio do Içá. Em seguida, invocou o Artigo 144 da Constituição Federal do Brasil que estabelece a organização da segurança pública no país. Ele determina que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. O artigo especifica as instituições responsáveis, incluindo a Polícia Federal, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, e ressalta suas competências e atribuições. Relatou que como deputado estadual e Presidente da Comissão de Segurança Pública, concentrou-se em promover a segurança e bem-estar dos cidadãos. Organizou o Primeiro de Segurança Inovadora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, para discutir desafios e soluções na área de segurança, elaborei projetos de lei visando aprimorar a legislação relacionada à segurança, e busquei a implementação de uma gestão integrada entre as forças policiais e outros órgãos, promovendo a eficiência na prevenção e combate à criminalidade. Relatou que irá elaborar a Carta do Município de Santo Antônio do Içá, onde este documento, assinado pela Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá e pela Assembleia Legislativa, tem como objetivo destacar as necessidades específicas do município. A carta será enviada a todos os órgãos das esferas municipal, estadual e federal, buscando apoio, recursos e ações concretas para enfrentar os desafios locais. A iniciativa visa fortalecer a integração entre diferentes esferas de governo em prol do desenvolvimento e segurança de Santo Antônio do Içá. Durante a audiência pública em Santo Antônio do Içá, presidida pelo Deputado Estadual Comandante Dan, presidente da comissão de segurança pública, uma gama de preocupações e propostas foram apresentadas, delineando o cenário desafiador e as aspirações da comunidade em relação à segurança no município. Iniciando a sessão, Comandante Dan agradeceu a presença de todos, cumprimentou a mesa e traçou as metas das audiências da comissão, incluindo a abordagem do crime organizado, a pirataria nos rios e a problemática da seca no Amazonas. O foco principal da audiência foi esclarecer a execução da Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e instituir a política nacional de segurança e cidadania, destacando a necessidade premente de implementação do Sistema Único de Segurança Pública pelos municípios. O secretário de administração, Emanuel Mathias, expressou seus agradecimentos e parabenizou o Deputado Comandante Dan por sua atuação. Rogério Barbosa, ex-secretário de defesa, agradeceu a presença do deputado e abordou questões relacionadas ao Fundo do Conselho Municipal e à carência de efetivo no município. O Dr. Raikson Martins, procurador do município, destacou uma parceria com o poder executivo estadual-municipal e solicitou apoio técnico da comissão para enfrentar os desafios locais. Raimundo Menezes, Gestor do DIP, apresentou uma série de demandas, incluindo o déficit de efetivo, a condição insalubre da delegacia, a necessidade de aumentar o efetivo com a inclusão de um delegado e um

escrevão, uma lancha blindada, melhoria na internet, além das carências no Ministério Público e Defensoria Pública. O sargento Gomes Melo e o vereador Clauderney Lofego reiteraram a urgência de mais efetivo e estrutura, enquanto Fernando Leão, pastor Edson Maia e o investigador Valtemir também enfatizaram a falta de efetivo e a necessidade de intervenções para melhorar a segurança. Representantes da escola Santo Antônio, da Colônia dos Pescadores e o funcionário público Altair Gouveia Júnior enfatizaram a importância de políticas públicas e parcerias. O presidente da Colônia dos Pescadores, Emanuel Martins, solicitou a dedicação do Deputado Comandante Dan. De mais a mais, o Deputado Estadual Comandante Dan relata que as questões levantadas ao longo desta audiência, desde a complexidade do crime organizado até os impactos da pirataria nos rios e a seca no Amazonas, refletem um panorama desafiador que exige nossa atenção coletiva. É louvável a meta das audiências da comissão em abordar temas tão cruciais para nossa segurança e bem-estar. Cita também que o cerne desta discussão, envolvendo a execução da Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a instituição da política nacional de segurança e cidadania, revela uma busca por soluções estruturais e integradas. A implementação do Sistema Único de Segurança Pública pelos municípios, como ressaltado, é um passo significativo para garantir uma abordagem abrangente na promoção da segurança. Relatam também que as colocações dos representantes e gestores locais, destacando a falta de efetivo nas instituições de segurança, as condições insalubres nas delegacias e outras carências estruturais, indicam desafios tangíveis que necessitam de uma resposta eficaz. A atuação conjunta, envolvendo a sociedade civil, autoridades e instituições, é crucial para transformar estas preocupações em ações concretas. Por fim, cita que é inspirador observar a diversidade de vozes aqui presentes, de gestores a líderes comunitários, todos compartilhando suas perspectivas e demandas. A urgência de um novo pacto social, como mencionado nas conclusões, ressalta a responsabilidade coletiva de cada um desempenhar seu papel na construção de uma comunidade mais segura e resiliente. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 22h04, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Santo Antônio do Itá.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM.

Em 02 de outubro de 2023, às 9h42, na Plenária da Câmara Municipal de Tefé, localizada na Rua Olávo Bilac, 406, Tefé - AM, reuniu-se a 16ª Comissão de Segurança Pública, presidida pelo Deputado Estadual Comandante Dan. Compuseram a mesa, Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão Permanente de Segurança Pública; Nicson Marreira – Prefeito de Tefé/AM; Lurinei de Souza Oliveira – Presidente da Câmara Municipal de Tefé/AM; Comandante do 3º BPM Pedro Moreira; Representante do Exército Militar da 16ª Brigada, Tenente Coronel William Garrido. O Deputado Comandante Dan iniciou a audiência agradecendo a presença de todos e convocou o Pr. Antonio Tavares para uma oração. Informou que a audiência foi aprovada pelos membros da assembleia legislativa. O Prefeito Nicson Marreira deu boas-vindas, parabenizou a iniciativa e expressou preocupação com o aumento dos casos de pirataria no rio, solicitando a instalação de uma base em Tefé. O Comandante do 3º BPM agradeceu o apoio da prefeitura no combate à pirataria e ressaltou a guerra enfrentada contra esse problema, mencionando a instalação da base arpa em Coari. Tenente Coronel Garrido ofereceu apoio, destacando a importância da discussão para solucionar problemas e reforçou que o Exército está disponível para a população tefeense. Vereador Carioca usou a tribuna para apresentar algumas demandas da população tefeense, abordando questões como roubos e furtos. O Vereador João Paulo relatou melhorias em Tefé, mas enfatizou a necessidade de aumentar o efetivo da Polícia Militar e providenciar mais viaturas para o município. O Deputado Estadual Comandante Dan, informou sobre o concurso realizado pelo governo do Estado do Amazonas, ressaltando que, apesar da realização, os aprovados ainda não foram convocados. Abordou os desafios enfrentados pela Polícia Militar, incluindo déficit de pessoal e questões estruturais. Explicou sobre a importância da integração entre as forças de segurança, mencionando a necessidade de cooperação entre a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público, Exército e Secretaria de Segurança Pública. Destacou as prioridades da Secretaria de Segurança Pública para enfrentar os desafios locais. Anunciou a intenção de instalar uma

Comissão de Segurança na Câmara Municipal de Tefé, visando fortalecer a abordagem local para questões de segurança. Foi anunciada a realização da Carta de Audiência Pública Tefé, a ser enviada aos executivos estadual e federal, bem como aos legislativos federal e municipal. O Deputado Estadual Comandante Dan agradece a todos os presentes e encerra a audiência às 11h47. E, para constar, eu, Moises Cardoso de Souza, Coordenador da Comissão Segurança Pública, lavrei a presente ata que, por ter sido aprovada, será assinada pelo presidente da mesma.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE CODAJAS/AM

Às nove horas e treze minutos, do dia 03 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de Codajás, situada na R. Cinco De Setembro - Codajás, AM, 69450-000 reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa o deputado COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Presidente da Câmara – Eliangelo Oliveira, Tenente Wiker – Representante da PMAM, Secretário de Administração – Jeimilson, Secretário de Segurança Pública – Valdemir. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Codajás, a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Codajás. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública da ALEAM, relatou que a presente audiência foi aprovada pelos membros que a compõe. Informa que todos o foco maior da audiência pública é sobre as piratarias que ocorrem no Rio Solimões e o crime organizado no município de Coari. Realizou um balanço do dia dois de outubro de dois mil e vinte e três, onde a comissão de segurança pública passou por Tefé, Alvarães e Coari. Em seguida, invocou o Artigo 144 da Constituição Federal do Brasil onde estabelece a organização da segurança pública no país. Ele determina que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. O artigo especifica as instituições responsáveis, incluindo a Polícia Federal, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, e resalta suas competências e atribuições. Relatou que como deputado estadual e Presidente da Comissão de Segurança Pública, concentrou-se em promover a segurança e bem-estar dos cidadãos. Organizou o Primeiro de Segurança Inovadora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, para discutir desafios e soluções na área de segurança, elaborei projetos de lei visando aprimorar a legislação relacionada à segurança, e busquei a implementação de uma gestão integrada entre as forças policiais e outros órgãos, promovendo a eficiência na prevenção e combate à criminalidade. Relatou que irá Elaborar a Carta do Município de Codajás, onde este documento, assinado pela Câmara Municipal de Codajás e pela Assembleia Legislativa, tem como objetivo destacar as necessidades específicas do município. A carta será enviada a todos os órgãos das esferas municipal, estadual e federal, buscando apoio, recursos e ações concretas para enfrentar os desafios locais. A iniciativa visa fortalecer a integração entre diferentes esferas de governo em prol do desenvolvimento e segurança de Codajás. Secretário de Segurança Pública agradecendo ao deputado pelo seminário e acolhimento, requer recursos uma vez que não tem município, comandante do batalhão de codajás relata falta efetivo, relatar missão que são realizadas nos municípios, secretário de administração geibson mesquita agradece a presença de todos, bem como relata a ausência do prefeito que se encontra em Brasília, na caravana dos prefeitos. Estão medindo esforços para avançar na qualidade de vida da sociedade de codajás, foi realizado uma negociação para aptidão de capitação de recursos. a Vereadora Aline Rosas, presidente da comissão responsável por regulamentar a lei orgânica do município, assumiu uma postura proativa ao se dirigir à Secretaria de Segurança Pública, onde reivindicou com firmeza a alocação de Viaturas (VTR's) e um substancial aumento no efetivo policial. Sua iniciativa não se limitou a isso: ela também propôs ao deputado uma emenda à lei, almejando não apenas reconhecimento financeiro para os policiais militares, mas também a introdução de um curso especializado em

armas para melhor preparação dos agentes de segurança. Além dessas demandas, Aline enfatizou a urgência na instalação de um centro integrado de monitoramento, visando aprimorar as capacidades de vigilância no município, e expressou sua inquietação diante da falta de câmeras de segurança na região. Por outro lado, o Vereador Roberto Silva Marques, ocupando a posição de vice-presidente da câmara, trouxe à discussão uma questão vital: a escassez de gasolina para as viaturas policiais, destacando, de maneira incisiva, a relevância da instalação da Base Arpão no município como uma medida estratégica e crucial para fortalecer a segurança local. Seu foco na questão logística da frota policial evidencia uma abordagem holística para resolver os desafios enfrentados pela segurança pública no município. A Vereadora Maria de Matos Barbosa, por sua vez, reforçou o coro das preocupações ao colocar em pauta a necessidade premente de ampliar o efetivo policial e realizar ajustes nos custos relacionados aos policiais militares. Essa abordagem sugere um entendimento profundo das demandas da força policial local, buscando equilibrar a efetividade operacional com considerações financeiras. Finalmente, o Vereador Maciel intensificou ainda mais as discussões ao requerer não apenas um aumento no efetivo policial, mas também a instalação de uma delegacia em Codajás. Sua abordagem abrangente indica uma compreensão da importância de uma presença policial mais robusta e de uma infraestrutura adequada para atender às necessidades da comunidade local. Em seguida, foi dado o momento de perguntas, onde foram levantados os seguintes questionamentos: “Programas como PROERD, Prevenção Antidrogas nas Escolas” “Quais as medidas de segurança pública na proteção nas escolas?”. Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é uma iniciativa que visa a prevenção do uso de drogas e da violência entre estudantes. Implementado em parceria com a polícia, o PROERD envolve a realização de aulas ministradas por policiais treinados nas escolas, promovendo habilidades de resistência e tomada de decisões saudáveis. O programa "Prevenção antidrogas nas Escolas" compartilha objetivos semelhantes, concentrando-se na conscientização sobre os perigos das drogas e na promoção de um ambiente escolar seguro. Este pode incluir palestras, workshops, e outras atividades educativas para informar os estudantes sobre os riscos associados ao consumo de drogas. Ambos os programas desempenham um papel crucial na educação preventiva, fornecendo ferramentas e conhecimentos necessários para que os alunos resistam à pressão das drogas e adotem comportamentos saudáveis. De mais a mais, o Deputado Estadual Comandante Dan relatou que o âmbito da segurança pública no Amazonas, a estrutura da Polícia Militar desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem e na prevenção de crimes, sendo essencial entender a distribuição do efetivo e dos recursos para lidar com os desafios específicos da região. Contudo, é importante ressaltar que a mobilização de policiais para municípios pode acarretar custos substanciais para as administrações locais, demandando uma análise minuciosa dos impactos financeiros envolvidos, desde a alocação de recursos para infraestrutura até as despesas com pessoal. No que tange aos recursos destinados à segurança pública no município, torna-se imperativo que a gestão local busque estratégias eficazes para financiar e fortalecer as atividades das forças policiais. Parcerias estaduais e federais, assim como a criação de fontes orçamentárias específicas, podem ser exploradas para garantir a continuidade e o aprimoramento das operações de segurança. Adicionalmente, a instalação do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) no município emerge como uma medida de relevância estratégica, não apenas para a fiscalização e controle do tráfego, mas também para contribuir de maneira efetiva para a segurança viária local. No entanto, é crucial que tal iniciativa seja precedida por uma análise abrangente dos custos associados, bem como um planejamento meticuloso para garantir sua eficácia operacional e benefícios tangíveis para a comunidade. Assim, uma abordagem integrada, considerando a complexa interação entre a estrutura da Polícia Militar, os custos envolvidos na mobilização de policiais, a busca por recursos para a segurança pública e a instalação de órgãos como o Detran, torna-se essencial para promover uma segurança pública abrangente, eficiente e sustentável no âmbito municipal. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 12h01, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Codajás.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE TABATINGA/AM

Às dezenove horas e vinte e sete minutos, do dia 05 de outubro de 2023, na Plenária da Câmara Municipal de Tabatinga, situada na Av. da Amizade, 1780-1872, Tabatinga - AM, 69640-000 reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa, o Deputado Estadual COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Vice- Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga/AM – Alderney Magalhães, Secretário de Estado de Segurança Pública – Marcos Vinicius Oliveira de Almeida, Daniel Rocha de Oliveira – Promotor de Justiça, Prefeito de Tabatinga - Saul Nunes Bermeguy, Francisco Gonçalves Perez – Delegado de Polícia Federal, Guilherme Torres – Delegado Geral Adjunto, Paulo Cruz Carvalho – Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, Major PMAM - Jonathas Soares - Subcomandante do 8º BPM/PMAM, Delegado Paulo Mavignier – Diretor da PCAM do Interior, Vereador Gildásio Araújo da Silva – Presidente da Comissão Especial de Segurança Pública da Câmara Municipal de Tabatinga. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Tabatinga a qual agradeceu a presença de todos que se fazem presente nessa audiência, bem como agradeceu ao deputado estadual pela presença na cidade de Tabatinga. Em seguida, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, cumprimentou todas as autoridades da casa, bem como delineou uma metodologia de trabalho inovadora, propondo a implementação de estratégias que incluem a disponibilização de produtos desenvolvidos para assessorar os municípios na estruturação eficiente de suas políticas de segurança pública. Esse enfoque prático visa proporcionar ferramentas concretas para que as comunidades locais possam fortalecer suas capacidades na área de segurança. Num segundo ponto, o Comandante Dan contextualizou a importância da Lei do Sistema Único de Segurança Pública, destacando-a como um marco regulatório significativo. Explorou os elementos essenciais dessa legislação, sublinhando sua relevância no contexto nacional para a promoção da segurança e integração de diferentes esferas de atuação. Em sua exposição, o deputado ofereceu um resumo esclarecedor do Artigo 144 da Constituição Federal, delineando as responsabilidades e competências das instituições ligadas à segurança pública. Esse panorama constitucional serve como base para a compreensão da distribuição de atribuições entre as forças policiais e demais órgãos envolvidos nesse setor. Ao abordar o Sistema Único de Segurança Pública e Defesa Social, o Comandante Dan ressaltou a aprovação da Política Nacional de Segurança Pública e do Plano Nacional de Segurança Pública. Um destaque crucial é a inclusão dos municípios como partes integrantes desse sistema, realçando uma abordagem descentralizada que reconhece a importância das comunidades locais na construção e execução das estratégias de segurança em todo o país. Concluindo, a fala do Deputado Comandante Dan não apenas descreve uma metodologia prática para auxiliar os municípios na área de segurança pública, mas também fornece uma visão abrangente da legislação nacional, ressaltando a importância da participação local no novo paradigma do Sistema Único de Segurança Pública e Defesa Social. Relatou que irá elaborar a Carta do Município de Tabatinga, onde este documento, assinado pela Câmara Municipal de Tabatinga e pela Assembleia Legislativa, tem como objetivo destacar as necessidades específicas do município. A carta será enviada a todos os órgãos das esferas municipal, estadual e federal, buscando apoio, recursos e ações concretas para enfrentar os desafios locais. A iniciativa visa fortalecer a integração entre diferentes esferas de governo em prol do desenvolvimento e segurança de Tabatinga. Passada a mesa, com o intuito de responder as questões levantadas pela sociedade, os componentes responderam que a urgência por mais segurança nos bairros de Tabatinga emerge como uma demanda premente na comunidade, refletindo a crescente inquietação diante dos alarmantes índices de criminalidade, marcados por uma onda persistente de roubos e furtos. A necessidade de uma fiscalização policial intensificada durante o período noturno nas ruas e bairros é enfatizada como uma medida essencial para conter essas práticas delituosas e proporcionar uma sensação de segurança à população local. A proposta de realizar um plano municipal específico para Tabatinga se apresenta como um passo estratégico e assertivo para abordar as questões de segurança de maneira direcionada e adaptada às particularidades do município. Contudo, surgem indagações pertinentes sobre a eficácia desse plano, especialmente quando confrontadas com a realidade do reduzido efetivo policial no município. A comunidade expressa sua perplexidade diante da escassez de

recursos humanos para lidar com a complexidade da criminalidade local. A ausência de policiamento suficiente na cidade se torna uma interrogação crucial, ecoando a preocupação da população sobre a capacidade das forças de segurança de responder adequadamente às demandas emergentes. Perguntas incisivas surgem, indagando sobre as razões subjacentes a essa carência e apontando para a necessidade de estratégias que garantam uma cobertura policial mais abrangente e eficiente. Outra questão que permeia o debate é a aparente facilidade com que detentos têm livre acesso às ruas do município, levantando questionamentos sobre a eficácia do sistema penitenciário local e a segurança da população diante dessa circunstância. Essas indagações revelam uma preocupação mais ampla sobre a integração de esforços entre as instituições responsáveis pela segurança pública e o sistema prisional. Em síntese, as demandas por mais segurança em Tabatinga não só revelam a inquietação da comunidade diante da escalada da criminalidade, mas também destacam a necessidade premente de respostas efetivas para enfrentar esses desafios. As perguntas levantadas sobre o efetivo policial, a presença nas ruas e o controle sobre detentos apontam para a complexidade dessas questões, exigindo soluções integradas e abordagens coordenadas para promover um ambiente mais seguro e protegido para os cidadãos. Na mesma serra, aduziu que: a partir do momento em que assumimos a presidência da comissão de segurança pública, então nós decidimos buscar conhecer a realidade in loco, ir até onde os problemas estão acontecendo para poder entender melhor quais são os anseios da sociedade. Cumprido o nosso papel hoje no legislativo. Ouvindo o povo, ouvindo as autoridades, ouvindo. Os representantes dos diversos segmentos da sociedade. Para que possamos melhor compreender o cenário e com é esse diagnóstico mais aproximado, mais voltado para a realidade. Encaminhar sugestões de solução aos executivos. Tanto o governo do estado do Amazonas quanto as prefeituras com as quais nós temos lidado e também o governo federal. Nós temos buscado fazer uma aproximação. Forte com o governo federal também e com a comissão de segurança pública. Federal do Senado federal. É, temos desenvolvido algumas agendas, inclusive com o próprio ministro Flávio Dino. É considerando que também estou presidente da comissão de segurança pública e justiça da união nacional de legisladores e legislativos estaduais. Mais recentemente, tivemos uma agenda com o ministro, inclusive lá em Brasília, para poder. É a nova política de segurança pública que vem sendo apresentada pelo novo governo eleito e que está desenvolvendo diversos programas, como o programa nacional de segurança com cidadania. Em seguida, durante a audiência pública, o Secretário de Estado de Segurança Pública, Coronel Vinicius, trouxe à tona diversos pontos cruciais relacionados à segurança no estado, destacando a realização da Operação Paz, uma iniciativa conjunta envolvendo a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Polícia Militar do Estado do Amazonas e Polícia Civil. Além disso, resumiu a situação da ordem pública no estado e abordou a relevância do chamamento do concurso da Polícia Militar como medida para reforçar o efetivo policial. O Promotor de Justiça, Daniel Rocha de Oliveira, enfocou na falta de integração entre os órgãos de segurança, ressaltando desafios específicos relacionados ao trânsito no município de Tabatinga, a sensação de insegurança generalizada, as deficiências estruturais dos órgãos e a crescente criminalidade na fronteira, considerando a posição estratégica de Tabatinga como fronteira com Colômbia e Peru. O Prefeito de Tabatinga, Saul Nunes, concentrou-se em questões logísticas para o município, expressando a importância da manutenção de policiais em Tabatinga e propondo a busca ativa por recursos junto aos governos estaduais e federais para fortalecer a segurança local. Por sua vez, o Vereador Gildásio, presidente da comissão de segurança pública da Câmara Municipal de Tabatinga, compartilhou sua preocupação em relação à segurança no município, enfatizando o aumento dos índices de homicídios e informou que fará entrega de ofício relatando o cenário da situação da segurança pública no município, no quais estão elencados alguns dos problemas que fomentam a desordem social e possíveis causas, assim como sugestões para solução. Esses pontos levantados na audiência evidenciam a complexidade dos desafios enfrentados na região, desde questões operacionais até desafios estruturais e de integração entre os órgãos de segurança, exigindo a colaboração e ação coordenada de diversas esferas governamentais para promover uma melhoria substancial na segurança pública. ao major PM Jonatas Soares, subcomandante do batalhão, que pediu para se manifestar. Aduzindo: Primeiramente, boa noite, agradecer aí ao grande arquiteto do universo. Que sobre seus auspícios estamos reunidos aqui para debater segurança pública. Agradecer também ao vereador alderley é o vice-presidente aqui da casa, na qual cumprimento também todos os vereadores aqui que acompanham ao nosso grande deputado comandante Dan, também que propiciou esse momento ao nosso prefeito também. Na qual eu cumprimento também as demais autoridades.

Presente na mesa para não se alongar, é hoje. Nós estamos aqui com o nosso comandante geral da polícia militar, nosso secretário de segurança. O coronel Klinger e o coronel Vinicius secretário de segurança, para debatermos essa questão de segurança e encontrar mecanismos para a gente conseguir diminuir os índices criminais, mas é em nível de polícia militar, da qual podemos falar o nosso batalhão. Tá para os senhores entenderem eles, nós diminuimos o índice de roubo até O Presente momento, em 23% nós diminuimos o índice de furto até O Presente momento, em 18% nós. Aumentamos a. A captura de armas de fogo em 12%. Nós aumentamos a captura de tráfico de entorpecentes em 8% até o Presente momento. Nós sabemos que os homicídios geram um maior clamor social, mas eu quero deixar claro em quanto polícia militar, o oitavo batalhão de polícia militar, ele está fazendo o trabalho dele. Isso são dados empíricos, senhores, dados que são podem ser consultados, diminuição de roubo, diminuição de furtos. De mais a mais, na abordagem abrangente e propositiva do Deputado Estadual Comandante Dan em relação à segurança pública em Tabatinga, um conjunto de estratégias e considerações foi apresentado para enfrentar os desafios crescentes no município. A ênfase na presença familiar na vida das crianças destaca uma perspectiva preventiva, reconhecendo que a estrutura familiar desempenha um papel crucial na formação de valores e comportamentos que, por sua vez, podem contribuir para a redução dos índices de criminalidade. A proposta de instalação da Polícia Federal no município aponta para uma visão mais ampla da segurança, considerando não apenas as questões locais, mas também reconhecendo a interconexão das esferas municipal e federal. Isso sugere uma abordagem integrada e colaborativa entre diferentes níveis de governo para combater efetivamente o crime e garantir a ordem pública. A sugestão de implementar a Guarda Civil Municipal reflete a busca por uma presença policial mais localizada e adaptada à realidade específica de Tabatinga. A criação de uma força de segurança municipal pode fortalecer a resposta imediata a desafios comunitários e proporcionar uma sensação de segurança mais palpável para os cidadãos. Ao mencionar a instalação de um sistema de monitoramento, o Deputado destaca a importância da tecnologia na modernização das práticas de segurança, fornecendo ferramentas para a prevenção e detecção eficazes de atividades criminosas. Isso não apenas aumenta a capacidade de resposta das autoridades, mas também serve como um elemento dissuasivo. A discussão sobre o efetivo de policiamento sublinha a necessidade urgente de recursos humanos adequados para enfrentar os desafios em constante evolução na área de segurança. A proposta de criação de políticas públicas no município reforça uma abordagem holística, reconhecendo que a segurança não é apenas uma questão de policiamento, mas também está intrinsecamente ligada a fatores sociais, econômicos e educacionais. A ideia de fiscalizações noturnas nos bares sinaliza uma estratégia direcionada para controlar pontos potencialmente críticos de vulnerabilidade e prevenir atividades ilegais. Essa abordagem, ao estabelecer uma presença policial mais ativa durante a noite, contribui para a segurança pública ao mesmo tempo em que promove o cumprimento das leis e regulamentações. Por fim, a ênfase na mais efetivação do Conselho Tutelar destaca a importância de proteger os direitos das crianças e adolescentes no contexto local. Fortalecer esse órgão é essencial para garantir que as políticas de segurança também contemplem as necessidades específicas dessa parcela da população, promovendo assim uma abordagem mais inclusiva e abrangente para a segurança pública em Tabatinga. Em conjunto, essas propostas delineiam uma visão abrangente e integrada para fortalecer a segurança e o bem-estar da comunidade local. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 00h11, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Tabatinga.

Deputado Comandante Dan – PODEMOS
Presidente da Comissão de Segurança Pública

DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**
(Processo nº 2023.10000.00000.0.003138)

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, por delegação de competência do Excelentíssimo Senhor Presidente,

CONSIDERANDO que os autos versam sobre a contratação de 1 (uma) inscrição no Curso: Elaboração análise de projetos e plano de trabalho com prática da Plataforma +Brasil – (Transferegov.br), na modalidade presencial, a ser realizado na cidade de Brasília/DF, nos dias 20 a 24 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO os documentos que instruem os autos, notadamente o Memorando nº 499/2023 – GDAC/ALE/AM (fls. 2); o Projeto Básico (fls.44/49); a Proposta contendo as informações, o valor da inscrição (fls. 3/8), e Informações Gerais (fls. 9/41), que será promovido pela Orzil Consultoria e Treinamento Ltda – (Grupo Orzil), CNPJ nº 21.545.863/0001-14, o Mapa de Preços (fl. 60), bem como a informação quanto à existência de Disponibilidade Orçamentária para fazer face à despesa (fl. 65);

CONSIDERANDO, em especial, o teor do Parecer nº 198/2023 (fls. 71/76), da Procuradoria desta Casa, manifestando-se favoravelmente à admissibilidade da contratação por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, acolhido pelo Procurador Geral Adjunto, nos termos do Despacho de fl. 78.

RESOLVE:

Considerar INEXIGÍVEL DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 25, inciso II, em combinação com o art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, a contratação de 1 (uma) inscrição no Curso: Elaboração análise de projetos e plano de trabalho com prática da Plataforma +Brasil – (Transferegov.br), na modalidade presencial, a ser realizado na cidade de Brasília/DF, nos dias 20 a 24 de novembro de 2023, promovido pela Orzil Consultoria e Treinamento Ltda – (Grupo Orzil), CNPJ nº 21.545.863/0001-14, no valor unitário e total de R\$ 4.947,00 (quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais).

DIRETORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de novembro de 2023.

(assinado digitalmente)
WANDER ARAÚJO MOTTA
Diretor-Geral da ALE/AM

ACOLHIMENTO E RATIFICAÇÃO

ACOLHO o Parecer nº 198/2023 (fls. 71/76), da Procuradoria desta Casa, manifestando-se favoravelmente à admissibilidade da contratação por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, de 1 (uma) inscrição no Curso: Elaboração análise de projetos e plano de trabalho com prática da Plataforma +Brasil – (Transferegov.br), na modalidade presencial, a ser realizado na cidade de Brasília/DF, nos dias 20 a 24 de novembro de 2023, promovido pela Orzil Consultoria e Treinamento Ltda – (Grupo Orzil), CNPJ nº 21.545.863/0001-14, no valor unitário e total de R\$ 4.947,00 (quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais).

RATIFICO o despacho acima, da lavra do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em atendimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei n.º 8.666/93

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 17 de novembro de 2023.

(assinado digitalmente)
ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Presidente da ALE/AM

PORTARIA**PORTARIA N.º 2680/2023/GP**

EXONERAR o Servidor, ORLANDO THIAGO BRASIL LINS, do Cargo Comissionado de Assessor de Diretoria 4 CC-7, nos termos do artigo 55, item II, da Lei n. 1.762 de 14.11.86, a contar de 21.11.2023.

Deputado **ROBERTO MAIA CIDADE FILHO**
Presidente

WANDER ARAÚJO MOTTA
Diretor Geral

CONSUMO CONSCIENTE

EVITE IMPRIMIR, UTILIZE O ALEAM DIGITAL PARA TRAMITAR DOCUMENTOS COMO OFÍCIOS E MEMORANDOS.



Solicite o seu cadastro



Acesse o sistema



Tramite os documentos

SUORTE AO USUÁRIO
[4340 ou 4341]



<http://aleam.ikhon.com.br/>

O consumo de papel pode representar até

60%

das despesas com material de expediente da Assembleia.

EVITE O DESPERDÍCIO



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO AMAZONAS

/ ASSEMBLEIAAM
WWW.ALE.AM.GOV.BR